

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional “CSN”, também denominada Companhia ou Controladora, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto sendo denominadas, em conjunto, “Grupo”). A sede social da empresa está localizada em São Paulo.

A CSN possui ações listadas na bolsa de São Paulo (BOVESPA) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos:

- **Siderurgia:**

Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas (“UPV”) localizada no Município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui operações nos Estados Unidos, Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

- **Mineração:**

A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais. Explora ainda estanho no Estado de Rondônia para suprir as necessidades da UPV, sendo que, o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros. A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

- **Cimentos:**

A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta nova atividade e seus negócios já existentes. Ao lado da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III, utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Explora ainda calcário e dolomito da unidade de Arcos no Estado de Minas Gerais para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimentos.

- **Logística**

*Ferrovias:*

A CSN tem participação em duas companhias ferroviárias: a MRS Logística, que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. e a Transnordestina Logística, que opera a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

*Portos:*

A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon, o Terminal de Contêineres (Tecon), no Porto de Itaguaí. Localizado na baía de Sepetiba, possui privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo.

No Tecon é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas.

---

- **Energia:**

Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência.

Veja maiores detalhes dos investimentos estratégicos e segmentos do Grupo na Nota 26 - Informações por Segmento de Negócios.

## **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **(a) Base de preparação**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e respectivas normas expedidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e normas emitidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis às demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se à perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, perdas estimadas em estoques, provisão para passivos trabalhistas cíveis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, provisão para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração (por exemplo, remensuração sistemática), o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 26 de março 2013.

### **(b) Demonstrações financeiras consolidadas**

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos Diplic, Mugen e Vértice conforme demonstrado a seguir:

---

• **Empresas**

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2012	31/12/2011	
<b>Participação direta em controladas: consolidação integral</b>			
CSN Islands VII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands VIII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands IX Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands X Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII Corp.	100,00	100,00	Operações financeiras
Tangua Inc. (1)		100,00	Operações financeiras
International Investment Fund	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Minerals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias
CSN Export Europe, S.L.U.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Metals S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Americas S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Steel S.L.U.	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A	100,00	100,00	Companhia dormente
Sepetiba Tecon S.A.	99,99	99,99	Serviços portuários
Mineração Nacional S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
Florestal Nacional S.A.	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia S.A.	99,99	99,99	Mineração de Estanho
Cia Metalic Nordeste	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
Companhia Metalúrgica Prada	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Cimentos S.A.	99,99	99,99	Fabricação de cimento
CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda.	99,99	99,99	Companhia dormente
Congonhas Minérios S.A.	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
CSN Energia S.A.	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
Transnordestina Logística S.A.	76,13	70,91	Logística ferroviária
TFNE - Transnordestina Ferrovias do Nordeste S.A.	99,99		Logística ferroviária
<b>Participação indireta em controladas: consolidação integral</b>			
CSN Aceros S.A.	100,00	100,00	Participações societárias
Companhia Siderúrgica Nacional LLC	100,00	100,00	Siderurgia
CSN Europe Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Ibéria Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Portugal, Unipessoal Lda.	100,00	100,00	Operações financeiras e comercialização de produtos
Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A.	100,00	100,00	Participações societárias
Lusosider Aços Planos, S. A.	99,94	99,94	Siderurgia e participações societárias
CSN Acquisitions, Ltd.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Resources S.A.	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Finance (UK) Ltd (1)		100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Holdings (UK) Ltd	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Handel GmbH	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Companhia Brasileira de Latas	59,17	59,17	Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias
Rimet Empreendimentos Industriais e Comerciais S. A.	58,96	58,08	Produção e comercialização de vasilhames de aço e exploração de atividades florestais
Companhia de Embalagens Metálicas MMSA	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Empresa de Embalagens Metálicas - LBM Ltda.	58,98	58,98	Comercialização de embalagens e participações em outras sociedades
Empresa de Embalagens Metálicas - MUD Ltda.	58,98	58,98	Produção e comercialização de produtos de utilidades domésticas e afins
Empresa de Embalagens Metálicas - MTM do Nordeste	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
Companhia de Embalagens Metálicas - MTM	58,98	58,98	Produção e comercialização de latas e atividades afins
CSN Steel Comercializadora, S.L.U. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Holdings 1, S.L.U. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Holdings 2, S.L.U. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Stahlwerk Thüringen GmbH (2)	100,00		Produção e comercialização de aços longos e atividades afins
CSN Steel Sections UK Limited (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Sections Czech Republic s.r.o. (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Steel Sections Polska Sp.Z.o.o (2)	100,00		Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
<b>Participação direta em controladas em conjunto: consolidação proporcional</b>			
Nacional Minérios S.A.	60,00	60,00	Mineração e participações societárias
Itá Energética S.A.	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
MRS Logística S.A.	27,27	27,27	Transporte ferroviário
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava	17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Aceros Del Orinoco S.A.	22,73	22,73	Companhia dormente
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	50,00	50,00	Prestação de Serviços
CGPAR - Construção Pesada S.A. (3)	50,00		Serviços de apoio à mineração e participações societárias
<b>Participação indireta em controladas em conjunto: consolidação proporcional</b>			
Namisa Internacional Minérios SLU	60,00	60,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
Namisa Europe, Unipessoal Lda.	60,00	60,00	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
Namisa Handel GmbH (4)	60,00	60,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
MRS Logística S.A.	6,00	6,00	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco S.A.	9,08	9,08	Companhia dormente
<b>Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial</b>			
Arvedi Metalferr do Brasil S.A. (5)	20,00		Metalurgia e participações societárias

- (1) Empresas liquidadas em 2012.
- (2) Empresas adquiridas em 31 de janeiro de 2012 (vide nota 9.e).
- (3) Participação adquirida em julho de 2012 (vide nota 9.d).
- (4) Nova razão social da Aloadus Handel GmbH, alterado em 13 de agosto de 2012.
- (5) Participação adquirida em 31 de julho de 2012.(vide nota 9.f)

## • Fundos Exclusivos

	Participação no capital social (%)		
Fundos Exclusivos	31/12/2012	31/12/2011	Atividades principais
Participação direta: consolidação integral			
Diplic - Fundo de investimento multimercado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Mugen - Fundo de investimento multimercado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Caixa Vértice - Fundo de investimento multimercado crédito privado	100,00	100,00	Fundo de investimento

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:

Os ganhos não realizados em transações com controladas e controladas em conjunto são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). A data base das demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

## • Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

## • Controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle compartilhado se inicia até a data em que o controle compartilhado deixa de existir. As controladas em conjunto são consolidadas proporcionalmente.

## • Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

## • Transações e participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

### **(c) Demonstração financeira individual**

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso da CSN, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial enquanto conforme o IFRS seria o custo ou valor justo.

### **(d) Moedas estrangeiras**

#### **i. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

#### **ii. Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício de 31 de dezembro de 2012 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens monetários de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço, em 31 de dezembro de 2012, US\$1 equivale a R\$2,0435 (R\$1,8758 em 31 de dezembro de 2011), EUR 1 equivale a R\$2,6954 (R\$2,4342 em 31 de dezembro de 2011) e JPY 1 equivale a R\$0,02372 (R\$0,02431 em 31 de dezembro de 2011).

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários classificados como mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais dos investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas nos resultados abrangentes no patrimônio.

A partir de 2012, em função de mudanças ocorridas nas operações da controlada Namisa Europe, sua moeda funcional passou do dólar-norte americano para o real.

#### **iii. Empresas do Grupo**

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;

- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações); e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de itens monetários de investimento em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio previamente registradas em outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

#### **(e) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

#### **(f) Contas a receber de clientes**

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa estimativa de perdas.

#### **(g) Estoques**

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas adequadas.

As pilhas de minério são contabilizadas como estoque quando são removidas da mina. O custo de produtos acabados compreende todos os custos diretos necessários para transformar os estoques em produtos acabados.

#### **(h) Investimentos**

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia bem como ajustes de plano de pensão e investimentos disponíveis para venda que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

---

## **(i) Combinação de negócios**

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação dos não controladores na adquirida, pela parcela proporcional da participação dos não controladores no valor justo de ativos líquidos da adquirida (vide nota 3).

## **(j) Imobilizado**

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme nota 10. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em “outras receitas/outras despesas operacionais”.

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de imobilizado.

Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subseqüentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
- Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
- Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
- Exame e teste dos processos e métodos de extração;
- Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infra-estrutura;
- Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:

- Perfurações para definir o corpo do minério;
- Planos de acessos e drenagem;
- Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos

---



depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os gastos com remoção de estéril, após o início da fase produtiva da mina, são tratados como custo de produção.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

#### **(k) Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios e/ou gerados internamente.

Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

- **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. Deságio é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

- **Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada de 01 a 05 anos.

#### **(l) Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

---



## **(m) Benefícios a empregados**

### **i. Benefícios a Empregados**

#### **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

#### **Planos de benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

A controladora e algumas subsidiárias ofereciam benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes, e posteriormente são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

### **ii. Participação nos lucros e bônus**

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocadas ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

---

**(n) Provisões**

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente formalizada ou não (obrigação construtiva) adquirida resultante de eventos passados, (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente, e (iii) quando o valor pode ser estimado com razoável segurança. Provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa futuros esperados com base em uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e, onde apropriado, os riscos específicos do passivo.

**(o) Concessões**

A Companhia possui concessões governamentais e os pagamentos são classificados como arrendamento mercantil operacional.

**(p) Capital Social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

**(q) Reconhecimento de receita**

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato.

**(r) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*)

---

reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

#### **(s) Imposto de renda e contribuição social**

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### **(t) Lucro/Prejuízo por ação**

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

---

**(u) Custos ambientais e restauração de áreas**

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, como apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

**(v) Pesquisa e desenvolvimento**

Todos esses custos são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos exceto quando atender critérios para capitalização. Gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram R\$6.033 (R\$6.532 em 2011).

**(w) Instrumentos financeiros****i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

- **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

---

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

- **Reconhecimento e Mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

## ii) **Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

- **Ativos mensurados ao custo amortizado**

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

---

Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

- **Ativos classificados como disponíveis para venda**

No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados (*impaired*). A determinação do que é considerada uma queda “significativa” ou “prolongada” exige julgamento. Para esse julgamento, é avaliada, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, a duração e proporção na qual o valor justo do investimento é menor que seu custo, além da saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro. Se alguma dessas evidências existirem para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - é reclassificado do patrimônio e reconhecido na demonstração de resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos disponíveis para venda não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

A CSN efetuou a análise de *impairment* de seu investimento disponível para venda em ações da Usiminas, veja nota 13.

### iii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

---



- **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge efetivo.

- **Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

- **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**iv) Instrumentos derivativos e atividades de hedge**

- **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (*hedge accounting*).

- **Ganho ou perda de variação cambial sobre investimentos em operações no exterior**

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

**(x) Informação por segmento**

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis (vide nota 26).

**(y) Subvenções governamentais**

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

---



**(z) Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012:

<b>Norma</b>	<b>Descrição</b>	<b>Vigência</b>
Emenda ao IAS 1	“Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes” ( <i>Presentation of Items of Other Comprehensive Income</i> ). Agrupam em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.	1º de janeiro de 2013
Emenda ao IAS 19	“Benefícios a Empregados” ( <i>Employee Benefits</i> ). Elimina o método do corredor (aplicado nos anos anteriores pela Companhia) para reconhecimento de ganhos ou perdas atuarias e requer que se calcule os custos financeiros com base na captação líquida. Simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e amplia os requerimentos de divulgação.	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	“Demonstrações Financeiras Consolidadas” ( <i>Consolidated Financial Statements</i> ). Define os princípios e os requerimentos para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. Estabelece conceito de controle como base da consolidação e como aplicá-lo para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto consolidada.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	“Acordos Conjuntos” ( <i>Joint Arrangements</i> ). Estabelece os princípios para divulgação de demonstrações contábeis de entidades que sejam partes de acordos conjuntos. Os acordos conjuntos são classificados pelo IFRS 11 em dois tipos: operações conjuntas e <i>joint ventures</i> . Operações conjuntas são aquelas em que os operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionadas a esse acordo e, portanto, contabilizam sua parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas. <i>Joint ventures</i> existem quando os operadores em conjunto têm direitos sobre o ativo líquido do acordo e, portanto, contabilizam sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de <i>joint ventures</i> não é mais permitida.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	“Divulgações sobre Participações em Outras Entidades” ( <i>Disclosure of Interests in Other Entities</i> ). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	“Mensuração do Valor Justo” ( <i>Fair Value Measurement</i> ). Define valor justo de uma forma mais precisa, explica como mensurá-lo (fornecendo uma única fonte) e determina o que deve ser divulgado. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas.	1º de janeiro de 2013

Emenda ao IFRS 7	"Divulgações – Compensando Ativos e Passivos Financeiros" ( <i>Disclosures – Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities</i> ) Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.	1º de janeiro de 2013
IFRS 27 (revisado em 2011)	"Demonstrações Financeiras separadas". Inclui outras considerações sobre demonstrações financeiras separadas, além das disposições sobre controle do IAS 27 incluídas no novo IFRS 10.	1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisado em 2011)	"Coligadas e Controladas em conjunto" ( <i>Joint Ventures</i> ). Estabelece requerimentos para controladas em conjunto e coligadas avaliadas pelo método de equivalência Patrimonial a partir da emissão do IFRS 11.	1º de janeiro de 2013
IFRIC 20	Custos de Remoção de Estéril ( <i>Stripping</i> ) de Mina de Superfície na Fase de Produção. A interpretação traz esclarecimentos sobre a contabilização dos custos de remoção de estéril na fase de produção de uma mina de superfície. Segundo o IFRIC 20, as entidades mineradoras que apresentam demonstrações financeiras em IFRS devem baixar ativos de remoção existentes para lucros acumulados se os ativos não puderem ser atribuídos a um componente identificável de uma jazida mineral.	1º de janeiro de 2013
IAS 32	"Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos. Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial.	1º de janeiro de 2014
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros". O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável. A emenda a o IFRS 9 postergou a data de entrada em vigor de 2013 para 2015. Eliminou também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e passou a requerer divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.	1º de janeiro de 2015

É esperado que algumas dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia em 2013 e 2015, como os IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, que podem impactar o registro e divulgação dos investimentos em entidades atualmente consolidadas e/ou consolidadas proporcionalmente pela Companhia, o IFRIC 20 *Shipping Costs in the Production Phase of a Surface Mine* que pode impactar na contabilização da remoção de resíduos no ativo não circulante e o IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo. O impacto da adoção destas normas ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados à algumas das IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Quanto às demais emendas e novas normas listadas na tabela acima, a Companhia estima que suas adoções não trarão impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

### 3. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

- Companhia Brasileira de Latas (“CBL”)**

Em 12 de julho de 2011 a CSN, por meio de sua controlada “Prada”, efetuou um aumento de capital na Companhia Brasileira de Latas (“CBL”), mediante a capitalização de créditos. Desta forma, a Companhia passou a deter o controle da CBL, por meio de uma participação equivalente a 59,17% do seu capital votante, representada por 784.055.451 ações ordinárias (“Aquisição”).

Com o controle da CBL serão geradas sinergias operacionais e administrativas, que gerarão redução dos custos de produção, custos logísticos e administrativos.

Conforme mencionado na Nota 2(i) foi utilizado o método de aquisição para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e a participação dos não controladores. A participação dos não controladores na CBL equivalente a 40,83% foi determinada proporcionalmente, com base no valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Existem acionistas não controladores que estão na estrutura societária do grupo controlador da CSN.

O custo de aquisição de R\$43.316 foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação de ativos e passivos foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros das entidades adquiridas. Os custos relacionados com a transação estão representados por serviços de consultoria, despesas com advogados e totalizam R\$485 incluídos no resultado do exercício, conforme incorridos.

As tabelas a seguir demonstram a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, o preço de compra considerado na aquisição do controle da CBL, e a determinação do “goodwill” resultante.

<b>Ativos adquiridos e passivos assumidos</b>	<b>Valores contábeis</b>	<b>Ajustes de valor justo</b>	<b>Valor justo total</b>
Ativo Circulante	62.182	(7.465)	54.717
Ativo Não Circulante (*)	44.718	89.449	134.167
Passivo circulante	(144.225)	10.522	(133.703)
Passivo não circulante (**)	(567.469)	351.035	(216.434)
<b>Total ativos adquiridos e passivos assumidos</b>	<b>(604.794)</b>	<b>443.541</b>	<b>(161.253)</b>

(\*) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo no ativo imobilizado no montante de R\$90.572. O valor justo total do ativo imobilizado foi avaliado em R\$123.518 (vide nota 10).

(\*\*) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo em débitos com a CSN no montante de R\$388.640.

Os ajustes de valor justo efetuados partindo do balanço societário para a elaboração do balanço de abertura foram atualizados após a conclusão do laudo de avaliação em dezembro de 2011.

#### Ágio resultante da aquisição

(-) Valor patrimonial da CBL	(604.794)
(+) Ajuste ao valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	443.541
<b>(=) Total valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos</b>	<b>(161.253)</b>

<b>Preço de compra</b>	<b>43.316</b>
------------------------	---------------

<b>Ágio resultante da aquisição</b>	<b>204.569</b>
-------------------------------------	----------------

O ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill"), originado na aquisição, consiste principalmente de sinergias esperadas pela combinação de negócios do segmento de embalagens da Companhia Metalúrgica Prada com a CBL.

Em 31 de dezembro de 2012, a combinação de negócios com a Companhia Brasileira de Latas, ocorrida em 12 de julho de 2011, está sob apreciação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

- **Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections**

Em 31 de janeiro de 2012, a CSN, por meio de sua subsidiária integral CSN Steel S.L. concluiu a aquisição da totalidade das ações ("Ações") das empresas espanholas (a) Dankerena Guipúzcoa, S.L. (atualmente denominada CSN Steel Holdings 2, S.L.U.) e Grupo Alfonso Gallardo Thüringen, S.L.U. (atualmente denominada CSN Steel Holdings 1, S.L.U.) holdings que, juntas, detém 100% do capital social da empresa alemã Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT"), uma produtora de aços longos localizada em Unterwellenborn, Alemanha, especializada na produção de perfis e com capacidade instalada de produção de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano; e (b) Gallardo Sections S.L.U. (atualmente denominada CSN Steel Comercializadora, S.L.U.), uma comercializadora dos produtos de SWT, todas detidas pelo Grupo Alfonso Gallardo, S.L.U. ("Grupo AG").

A concretização desta aquisição concorre para o fortalecimento da CSN no segmento de aços longos, reforçando o portfólio de ativos de classe mundial.

Conforme mencionado na Nota 2(i), foi utilizado o método de aquisição para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos.

O preço de compra no valor de R\$301.192 (EUR 131.790), atualizado pelo ajuste final de preço de aquisição no valor de R\$ 1.943 (EUR 850), foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação do preço de compra foram considerados os ajustes apresentados abaixo, e teve como ponto de partida o valor da transação de R\$ 1.104.648 (EUR 483.350):

	Valores em R\$
Valor da transação	1.104.648
Dívida líquida	(857.031)
Provisões	(11.782)
Créditos fiscais	13.498
Capital de giro	51.859
<b>(=) Preço de compra</b>	<b>301.192</b>

Os custos relacionados com a transação estão representados por serviços de consultoria, despesas com advogados e totalizam R\$20.879 incluídos no resultado, em despesas gerais e administrativas, conforme incorridos.

As tabelas a seguir demonstram a alocação dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos, reconhecidos na data da aquisição, o preço de compra considerado na aquisição do controle da SWT e Gallardo Sections, e a determinação do "goodwill" resultante.

Os ajustes de valor justo efetuados partindo do balanço societário para a elaboração do balanço de abertura foram atualizados após a conclusão do laudo de avaliação em dezembro de 2012.

Ativos adquiridos	Valores contábeis	Ajustes de valor justo	Valor justo total
Ativo Circulante (*)	400.387		400.387
Ativo Não Circulante (**)	191.956	786.988	978.944
Passivo circulante	(262.203)		(262.203)
Passivo não circulante (***)	(842.526)	(209.005)	(1.051.531)
<b>Total ativos adquiridos</b>	<b>(512.386)</b>	<b>577.983</b>	<b>65.597</b>

(\*) Incluso o valor de R\$14.880 referente a caixa e equivalentes de caixa.

(\*\*) Composto principalmente pelo ajuste de valor justo no ativo imobilizado no montante de R\$392.817. O valor justo total do ativo imobilizado foi avaliado em R\$582.478 (vide nota 10).

(\*\*\*) Refere-se ao imposto de renda diferido sobre os ajustes de valor justo.

#### Ágio resultante da aquisição

(+) Preço de compra	301.192
(-) Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	65.597
<b>(=) Ágio resultante da aquisição</b>	<b>235.595</b>

O ágio ("goodwill"), originado na aquisição, foi fundamento na expectativa de rentabilidade futura, conforme nota 11.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Circulante</b>				
<b>Disponibilidades</b>				
<b>Caixa e Bancos</b>	<b>207.614</b>	<b>101.360</b>	<b>25.897</b>	<b>14.047</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>				
<b>No País:</b>				
Títulos públicos	862.299	646.594	769.447	773.523
Títulos privados	902.159	2.017.019	340.720	1.241.159
	<b>1.764.458</b>	<b>2.663.613</b>	<b>1.110.167</b>	<b>2.014.682</b>
<b>No Exterior:</b>				
<i>Time Deposits</i>	12.472.803	12.652.420	1.859.693	44.515
<b>Total das Aplicações Financeiras</b>	<b>14.237.261</b>	<b>15.316.033</b>	<b>2.969.860</b>	<b>2.059.197</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>14.444.875</b>	<b>15.417.393</b>	<b>2.995.757</b>	<b>2.073.244</b>

Os recursos financeiros disponíveis na controladora e nas controladas estabelecidas no país são aplicados basicamente em fundos de investimento, considerados exclusivos, que foram consolidados, com operações compromissadas lastreadas em títulos privados e públicos com liquidez imediata.

Os títulos privados são aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Debêntures com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Letras do Tesouro Nacional (LTN) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Os fundos são administrados pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A DTVM e pela Caixa Econômica Federal (CEF) e os seus ativos respondem por eventuais perdas nos investimentos e operações realizadas. Os investimentos nos fundos foram consolidados.

Adicionalmente, parte significativa dos seus recursos financeiros e de suas controladas no exterior é aplicada em *Time Deposits* com bancos de primeira linha e são remuneradas às taxas pré-fixadas.

## 5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Cientes</b>				
<b>Terceiros</b>				
Mercado interno	832.620	895.517	521.517	620.426
Mercado externo	876.393	701.807	23.799	4.869
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(111.532)	(124.939)	(86.391)	(101.407)
	<b>1.597.481</b>	<b>1.472.385</b>	<b>458.925</b>	<b>523.888</b>
<b>Partes Relacionadas (Nota 18 - b e c)</b>	<b>117.598</b>	<b>86.612</b>	<b>552.744</b>	<b>2.120.038</b>
	<b>1.715.079</b>	<b>1.558.997</b>	<b>1.011.669</b>	<b>2.643.926</b>
<b>Outras Contas a Receber</b>				
Dividendos a receber (Nota 18 - b)			985.973	676.242
Outros créditos partes relacionadas	17.065	1.537	114.478	163.248
Outros créditos	62.422	55.672	34.789	33.384
	<b>79.487</b>	<b>57.209</b>	<b>1.135.240</b>	<b>872.874</b>
	<b>1.794.566</b>	<b>1.616.206</b>	<b>2.146.909</b>	<b>3.516.800</b>

A composição do saldo bruto do contas a receber de clientes terceiros é demonstrado da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	1.436.878	1.359.540	406.543	484.722
Vencidos até 180 dias	123.379	89.766	25.052	16.915
Vencidos acima de 180 dias	148.756	148.018	113.721	123.658
	<b>1.709.013</b>	<b>1.597.324</b>	<b>545.316</b>	<b>625.295</b>

A fim de atender a necessidade de alguns clientes do mercado interno, referente ao alongamento do prazo de pagamento no faturamento de aço, em comum acordo com a política comercial interna da CSN e a manutenção de seus recebimentos de curtíssimo prazo (até 14 dias), a pedido do cliente, são fechadas operações de cessão de crédito sem coobrigação negociada entre o cliente e bancos de relacionamento comum, onde a CSN cede as duplicatas/títulos de sua emissão aos bancos de relacionamento comum.

Pela característica das operações de cessão de crédito sem coobrigação, a CSN após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos proveniente do fechamento de cada operação, liquida o contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação. Essa operação totaliza um montante de R\$224.718 em 31 de dezembro de 2012 (R\$262.367 em 31 de dezembro de 2011), deduzido do contas a receber.

As movimentações nas perdas estimadas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Saldo inicial</b>	<b>(124.939)</b>	<b>(117.402)</b>	<b>(101.407)</b>	<b>(99.023)</b>
Perdas estimadas	(11.073)	(20.005)	(6.668)	(11.628)
Recuperação de créditos	24.480	12.468	21.684	9.244
<b>Saldo final</b>	<b>(111.532)</b>	<b>(124.939)</b>	<b>(86.391)</b>	<b>(101.407)</b>

## 6. ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Produtos acabados	1.133.002	997.128	755.770	714.688
Produtos em elaboração	668.152	776.918	584.952	680.997
Matérias-primas	563.533	694.383	477.350	566.734
Almoxarifado	1.084.854	981.086	885.819	802.343
Minério	174.643	215.399	74.341	72.248
Adiantamento a fornecedores	55.068	153.215	16.414	126.421
(-) Perdas estimadas	(99.227)	(83.145)	(90.344)	(77.814)
	<b>3.580.025</b>	<b>3.734.984</b>	<b>2.704.302</b>	<b>2.885.617</b>

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Saldo inicial</b>	<b>(83.145)</b>	<b>(64.115)</b>	<b>(77.814)</b>	<b>(61.702)</b>
Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade e obsolescência	(16.082)	(19.030)	(12.530)	(16.112)
<b>Saldo final</b>	<b>(99.227)</b>	<b>(83.145)</b>	<b>(90.344)</b>	<b>(77.814)</b>

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objetos de constituição de perdas estimadas.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía estoques de longo prazo de minério de ferro no valor de R\$144.483, classificados em outros ativos não circulantes (R\$144.483 em 31 de dezembro de 2011), conforme nota 7.

## 7. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

O grupo de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais (Nota 16)			732.666	954.711			680.603	877.672
Créditos junto a PGFN (*) (Nota 15)			84.392	806.103			84.392	806.103
Tributos a recuperar (**)	569.486	689.006	310.542	257.977	267.172	400.458	68.675	101.859
Antecipação de impostos								
Despesas Antecipadas	44.332	24.135	100.728	115.853	17.757	10.834	21.580	24.560
Ativo Atuarial - Parte Relacionada			93.546				93.163	
Ganhos não realizados com derivativos (Nota 13 I)	239.266	55.115	8.665	376.344	237.525			374.455
Margem garantia instrumentos financeiros (Nota 13 V)	435.161	407.467			17.024			
Estoque minério (Nota 6)			144.483	144.483			144.483	144.483
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR			9.914	47.754			8.452	46.292
Contas a receber			8.983	10.043			10.649	10.202
Créditos com partes relacionadas			136.077	115.549			527.252	125.843
Outros	14.234		18.060	47.452			17.708	40.818
	<b>1.302.479</b>	<b>1.175.723</b>	<b>1.648.056</b>	<b>2.876.269</b>	<b>539.478</b>	<b>411.292</b>	<b>1.656.957</b>	<b>2.552.287</b>

(\*) Refere-se ao excesso de depósito judicial originado pelo programa do REFIS de 2009 conforme descrito na nota explicativa 15.

(\*\*) Refere-se principalmente a PIS/COFINS e ICMS sobre aquisição de ativo fixo os quais serão recuperados por um período de 48 meses e imposto de renda e contribuição social a compensar.



## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### (a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social</b>				
Corrente	(205.022)	(136.427)		
Diferido	1.075.156	52.542	1.022.019	240.467
	<b>870.134</b>	<b>(83.885)</b>	<b>1.022.019</b>	<b>240.467</b>

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social da controladora e consolidado e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Lucro antes do IR e da CSLL</b>	<b>(1.350.708)</b>	<b>3.751.119</b>	<b>(1.442.132)</b>	<b>3.465.566</b>
Alíquota	34%	34%	34%	34%
<b>IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>459.241</b>	<b>(1.275.380)</b>	<b>490.325</b>	<b>(1.178.292)</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Equivalência Patrimonial			451.031	1.497.347
Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	386.182	1.279.431		
Incentivos fiscais	2.115	73.134		68.767
Ajustes decorrentes dos Parcelamentos da Lei 11.941 e da MP 470	39.256	(16.060)	39.256	(16.088)
Alienação de títulos indedutíveis		(189.946)		(126.299)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(42.683)			
Créditos Fiscais		44.434		
Outras exclusões (adições) permanentes	26.023	502	41.407	(4.968)
<b>IR / CSLL no resultado do período</b>	<b>870.134</b>	<b>(83.885)</b>	<b>1.022.019</b>	<b>240.467</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-64%</b>	<b>2%</b>	<b>-71%</b>	<b>-7%</b>

**(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Estão apresentados pelo líquido quando se referem a uma única jurisdição.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Diferido Ativo</b>				
Prejuízos fiscais de imposto de renda	818.705	425.406	639.247	392.991
Bases negativas de contribuição social	242.606	157.858	231.805	141.445
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>1.311.190</b>	<b>1.257.509</b>	<b>998.723</b>	<b>766.214</b>
- Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	269.803	211.835	264.958	200.225
- Perdas estimadas em ativos	66.062	60.930	40.035	24.544
- Perdas estimadas em estoques	50.295	30.814	29.472	28.048
- Ganhos/(perdas) em instrumentos disponíveis para venda	363.966	253.985	191.511	192.226
- Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde)	157.445	144.360	157.802	144.297
- Provisão para JCP		74		74
- Provisão para consumos e serviços	66.997	67.445	52.379	64.689
- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	30.761	45.342	29.752	41.854
- Ágio na incorporação	62.042	371.153	10.031	23.406
- Variações cambiais não realizadas (*)	206.711		197.944	
- Outras	37.108	71.571	24.839	46.851
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>2.372.501</b>	<b>1.840.773</b>	<b>1.869.775</b>	<b>1.300.650</b>
<b>Diferido Passivo</b>				
- Combinação de negócios	225.965	17.960		
- Outras	58.145	19.891		
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>284.110</b>	<b>37.851</b>		

(\*) Em 2012, a Companhia optou pela tributação das variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

Algumas empresas do Grupo registraram créditos tributários sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL não sujeitos a prazo prescricional e fundamentados no histórico de rentabilidade e na expectativa de lucros tributáveis futuros determinados em estudo técnico aprovado pela Administração.

Por estarem sujeitos a fatores relevantes que possam modificar as projeções de realização, os valores contábeis do ativo fiscal diferido bem como as projeções são revisadas anualmente. Tais estudos indicam a realização desses ativos fiscais dentro do prazo estipulado pela referida instrução e do limite de 30% do lucro real.

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Consolidado	Controladora
Até 1 ano	1.473.430	998.724
De 1 a 2 anos	424.119	413.903
De 2 a 3 anos	462.860	451.930
De 3 a 5 anos	12.092	5.218
	<b>2.372.501</b>	<b>1.869.775</b>

Algumas empresas do Grupo possuem créditos fiscais no montante de R\$789.704 e R\$259.933 de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, para as quais não foram constituídos impostos diferidos, dos quais R\$10.769 expiram em 2013, R\$771 em 2014, R\$30.978 em 2015 e R\$50.225 em 2025. Demais créditos fiscais referem-se a empresas nacionais, portanto, não possuem prazo de expiração.

O crédito fiscal sobre o ágio da Nacional Minérios S.A., originado na incorporação da Big Jump em julho de 2009, foi de R\$1.391.858. Até 31 de dezembro de 2012 foi realizado o montante de R\$951.104 (R\$672.732 até o ano de 2011), restando R\$440.754, que será realizado até 2014. Em 2013, a realização será de R\$278.372 e no ano de 2014, o benefício será de R\$162.382.

Os lucros não distribuídos de subsidiárias estrangeiras da Companhia foram investidos e continuam a serem investidos em suas operações. Estes lucros não distribuídos de subsidiárias estrangeiras da Companhia totalizaram R\$8.111.394 em 31 de dezembro de 2012 (R\$8.033.902 em 31 de dezembro de 2011).

**(c) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido:**

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>				
Ganhos atuariais de plano de benefício definido	66.155	54.714	65.980	54.651
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(377.164)	241.484	(285.164)	179.725
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(425.510)	(425.510)	(425.510)	(425.510)
	<b>(736.519)</b>	<b>(129.312)</b>	<b>(644.694)</b>	<b>(191.134)</b>

**(d) Incentivos fiscais**

A Companhia usufrui de incentivos fiscais de Imposto de Renda baseados na legislação vigente tais como: Programa de Alimentação do Trabalhador, Lei Rouanet, Incentivos Fiscais de Atividade Audiovisual e Fundos do Direito da Criança e do Adolescente. Em 31 de dezembro de 2012, somavam o montante de R\$3.366 (R\$1.914 em 31 de dezembro de 2011).

## 9. INVESTIMENTOS

### a) Participações diretas em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

Empresas				31/12/2012								31/12/2011	
	Quantidade de ações detidas pela CSN		% Participação	Lucro				% Participação	Lucro				
	(em unidades)			líquido		(prejuízo)			líquido		(prejuízo)		
	Ordinárias	Preferenciais	direta	Ativo	Passivo	líquido	do exercício	direta	Ativo	Passivo	líquido	do exercício	
Controladas													
CSN Islands VII Corp.	20.001.000		100,00	7.058.295	7.261.007	(202.712)	(228.179)	100,00	407.707	382.240	25.467	(931)	
CSN Islands VIII Corp.	2.501.000		100,00	149.190	1365.455	53.735	10.535	100,00	1452.511	1409.311	43.200	(8.842)	
CSN Islands IX Corp.	3.000.000		100,00	856.329	854.456	1873	614	100,00	786.167	784.908	1.259	1.420	
CSN Islands X Corp.	1000		100,00	57	45.283	(45.226)	(4.449)	100,00	70	40.847	(40.777)	(5.215)	
CSN Islands XI Corp.	50.000		100,00	1566.837	1559.941	6.896	370	100,00	1438.225	1431699	6.526	871	
CSN Islands XII Corp.	1540		100,00	1763.078	2.043.055	(279.977)	(140.846)	100,00	1735.094	1874.226	(139.132)	(112.535)	
Tangua Inc.							1794	100,00	23.983		23.983	2.806	
International Investment Fund	50.000		100,00	98		98	(1107)	100,00	39.565	24.265	15.300	36.359	
CSN Minerals S.L.U.	131649.926		100,00	3.762.487	495	3.761992	858.206	100,00	2.906.449	2.666	2.903.783	1798.089	
CSN Export Europe, S.L.U.	35.924.748		100,00	790.202	299	789.903	87.192	100,00	802.447	99.735	702.712	358.567	
CSN Metals S.L.U.	256.951.582		100,00	1.254.559	247	1.254.312	112.967	100,00	1.147.456	6.682	1.140.774	173.097	
CSN Americas S.L.U.	15.187.946		100,00	1.688.612	10.383	1.678.229	289.573	100,00	1.394.255	5.598	1.388.657	576.562	
CSN Steel S.L.U.	454.072.527		100,00	2.337.092	368.325	1.968.767	(123.795)	100,00	4.042.029	268.566	3.773.463	425.720	
Sepetiba Tecon S.A.	254.015.052		99,99	259.258	35.939	223.319	33.099	99,99	224.793	26.711	198.082	315.16	
Minação Nacional S.A.	999.999		99,99	1.151	97	1.054	62	99,99	1.090	23	1.067	85	
CSN Aços Longos S.A.												(354)	
Florestal Nacional S.A.	24.615.207		99,99	440.909	742.238	(301.329)	(327.530)	99,99	386.218	681.574	(295.356)	(69.731)	
Estanho de Rondônia S.A.	34.236.306		99,99	48.986	15.231	33.755	5.044	99,99	41.692	11.918	29.774	15.263	
Companhia Metalic Nordeste	92.293.155		99,99	169.282	46.897	122.385	6.049	99,99	156.915	40.579	116.336	11.100	
Companhia Metalúrgica Prada	4.668.787		99,99	686.299	456.952	229.347	(157.156)	99,99	527.885	276.475	251.410	(208.736)	
CSN Cimentos S.A.	3.734.582.664		99,99	1.237.779	102.523	1.135.256	(143.975)	99,99	1.221.115	157.207	1.063.908	32.413	
INAL Nordeste S.A.												(3.595)	
Congonhas Minérios S.A.	64.610.862		99,99	1.984.592	2.006.645	(22.053)	(20.855)	99,99	2.014.364	2.015.562	(1.198)	(22.557)	
CSN Energia S.A.	43.149		99,99	15.796	7.744	8.052	(11.190)	99,99	30.042	13.800	16.242	(1.689)	
Transnordestina Logística S.A.	22.999.805	1.397.545	76,13	3.902.500	2.450.426	1.452.074	(57.875)	70,91	2.890.348	1.784.307	1.106.041	(40.119)	
TFNE - Transnordestina Ferrovias do Nordeste S.A.	9.999		99,99	10		10							
Controladas em Conjunto													
Nacional Minérios S.A.	285.040.443		60,00	9.118.928	13.17.238	7.801.690	982.800	60,00	8.314.588	10.10.737	7.303.851	1.263.068	
Itá Energética S.A.	253.606.842		48,75	375.370	45.566	329.804	32.631	48,75	390.651	79.371	311.280	26.602	
MRS Logística S.A.	52.414.154	40.301.916	27,27	17.12.266	1.026.680	685.586	121.769	27,27	151.1484	884.576	626.908	142.631	
CB SI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura	1.876.146		50,00	14.635	12.747	1.888	14						
CGPAR - Construção Pesada S.A.	500		50,00	37.599	36.669	930	1.750						
Coligadas													
Arvedi Metalfer do Brasil	15.406.408		20,00	22.718	9.740	12.977	(7.783)						

As quantidades de ações, os saldos do ativo e passivo, patrimônio líquido e os valores de lucro/prejuízo do exercício refere-se a participação detida pela CSN nessas empresas.

### b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
<b>Saldo inicial dos investimentos</b>	<b>22.573.890</b>	<b>17.023.295</b>
<b>Saldo inicial de provisão para perdas</b>	<b>(476.463)</b>	<b>(140.875)</b>
Aumento de capital / aquisições ações	649.496	3.240.582
Redução de capital	(1.855.208)	
Dividendos	(585.675)	(853.316)
Resultado equivalência patrimonial	1.331.593	4.397.137
Resultados abrangentes (*)	867.905	(1.281.507)
Incorporação de controlada (**)		(290.789)
Outros	(330)	2.900
<b>Saldo final dos investimentos</b>	<b>23.356.506</b>	<b>22.573.890</b>
<b>Saldo final de provisão para perdas</b>	<b>(851.298)</b>	<b>(476.463)</b>

(\*) Refere-se a marcação a mercado de investimentos classificados como disponíveis para venda e conversão para moeda de apresentação e conforme nota explicativa 9.f), em 2011 a Companhia alienou sua participação na Riversdale.

(\*\*) Incorporação da CSN Aços Longos em 28 de janeiro de 2011 e Inal Nordeste em 30 de maio de 2011.

**c) Informações adicionais sobre as principais empresas controladas operacionais**

- SEPETIBA TECON

Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres n.º 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística. Os serviços prestados são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, produtos siderúrgicos e cargas em geral, entre outros produtos e serviço de lavagem, manutenção e higienização de contêineres.

A Sepetiba Tecon foi vencedora do leilão ocorrido em 3 de setembro de 1998 para assumir a concessão do terminal e tal concessão permite a exploração do referido terminal pelo prazo de 25 anos prorrogáveis por igual período.

Na extinção da concessão, retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações.

- ESTANHO DE RONDÔNIA - ERS

Sediada no estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma na cidade de Itapuã do Oeste e outra em Ariquemes. Em Itapuã do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes a fundição onde se obtém o estanho metálico que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas.

- CIA METALIC NORDESTE

Sediada em Maracanaú, Estado do Ceará, tem como objeto social a fabricação de embalagens metálicas destinadas, basicamente, à indústria de bebidas. Sua produção está voltada principalmente para o mercado norte e nordeste do Brasil, com oferta do excedente de tampas para o mercado externo.

Sua unidade operacional conta com duas linhas de produção distintas: latas, cuja matéria-prima é o aço revestido de estanho fornecido pela controladora e tampas cuja matéria-prima é o alumínio.

- COMPANHIA METALÚRGICA PRADA

*Embalagens*

A Companhia Metalúrgica Prada (Prada) atua na área de embalagens metálicas de aço, produzindo o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

Em 12 de julho de 2011, a Companhia Metalúrgica Prada, efetuou um aumento de capital na Companhia Brasileira de Latas (CBL), mediante a capitalização de debêntures e outros créditos. Desta forma, a Companhia Metalúrgica Prada passou a deter o controle da CBL, com uma participação equivalente a 59,17% do seu capital votante.

Assim como a Prada, a CBL também atua na fabricação de embalagens metálicas de aço, para o segmento alimentício e químico, fornecendo seus produtos para as principais empresas do mercado.

*Distribuição*

A unidade de Distribuição da Prada atua na área de processamento e distribuição de aços planos, com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, blanks, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas,

---

entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. É também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o País.

- **CSN CIMENTOS**

Sediada em Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo a fabricação e comercialização de cimento e utiliza como uma de suas matérias-primas a escória de alto-forno gerada no processo de produção de gusa da UPV. A CSN Cimentos iniciou suas operações em 14 de maio de 2009.

No início de 2011 a CSN Cimentos começou a produzir clínquer em sua fábrica localizada em Arcos (MG). Este estabelecimento foi vendido à CSN em janeiro de 2012, e passou a ser uma filial da Companhia.

- **CSN ENERGIA**

Tem como objetivo principal a distribuição e comercialização do excedente de energia elétrica gerada pela CSN e por sociedades, consórcios ou outros empreendimentos nos quais a Companhia detenha participação.

- **TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA**

Tem como objetivo principal a exploração e o desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha nordeste do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2012 a CSN possuía 76,13% de participação no capital social da Transnordestina Logística.

#### d) Investimentos em empresas controladas em conjunto

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir e foram consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia de acordo com o percentual descrito abaixo.

Participação (%)	31/12/2012				31/12/2011		
	Nacional	Itá	MRS	CBSI	Nacional	Itá	MRS
	Minérios (*)	Energética	Logística		Minérios (*)	Energética	Logística
	60,00%	48,75%	27,27%	50,00%	60,00%	48,75%	27,27%
<b>Balanço Patrimonial</b>							
Ativo circulante	5.654.420	89.370	931.922	25.383	4.155.543	81.729	917.291
Ativo não circulante	9.513.580	680.621	5.347.154	3.887	9.526.804	719.606	4.625.495
Realizável a longo prazo	8.296.673	39.771	440.545		8.422.434	44.239	336.439
Investimentos, imobilizado e intangível	1.216.907	640.850	4.906.609	3.887	1.104.370	675.367	4.289.056
<b>Total do Ativo</b>	<b>15.168.000</b>	<b>769.991</b>	<b>6.279.076</b>	<b>29.270</b>	<b>13.682.347</b>	<b>801.335</b>	<b>5.542.786</b>
Passivo circulante	1.889.429	87.658	1.209.841	16.131	1.260.068	100.175	1.108.938
Passivo não circulante	355.401	5.812	2.555.114	9.364	307.352	62.637	2.134.906
Patrimônio líquido	12.923.170	676.521	2.514.121	3.775	12.114.927	638.523	2.298.942
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>15.168.000</b>	<b>769.991</b>	<b>6.279.076</b>	<b>29.270</b>	<b>13.682.347</b>	<b>801.335</b>	<b>5.542.786</b>
<b>Demonstrações de Resultados</b>							
Receita Líquida	3.836.415	217.493	3.013.158	61.915	3.766.712	242.913	2.862.337
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(2.730.077)	(66.162)	(1.993.927)	(58.245)	(2.168.655)	(81.692)	(1.732.552)
Lucro Bruto	1.106.338	151.331	1.019.231	3.670	1.598.057	161.221	1.129.785
(Despesas) e Receitas Operacionais	(412.091)	(48.688)	(262.777)	(3.807)	(135.782)	(66.223)	(199.754)
Resultado Financeiro Líquido	1.329.707	(1.745)	(82.417)	174	1.040.693	(12.327)	(134.272)
Lucro antes do IR/CSL	2.023.954	100.898	674.037	37	2.502.968	82.671	795.759
IR / CSL correntes e diferidos	(407.469)	(33.962)	(227.497)	(10)	(429.624)	(28.103)	(272.714)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.616.485</b>	<b>66.936</b>	<b>446.540</b>	<b>27</b>	<b>2.073.344</b>	<b>54.568</b>	<b>523.045</b>

(\*) Referem-se ao balanço e resultado consolidados da Nacional Minérios S. A.

Os valores do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício referem-se a 100% dos resultados das empresas.

- NACIONAL MINÉRIOS – NAMISA

Sediada em Congonhas, no estado de Minas Gerais, tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. Suas principais operações são desenvolvidas nos municípios de Congonhas, Ouro Preto, Itabirito e Rio Acima, no Estado de Minas Gerais, e em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro.

A CSN detém e consolida, proporcionalmente, 60% do capital social da Namisa.

- ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ITASA

A ITASA é uma sociedade anônima criada, originalmente, para viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica de Itá: a contratação do fornecimento de bens e serviços necessários à realização do empreendimento e a obtenção de financiamento oferecendo as garantias correspondentes.

A CSN detém 48,75% do capital social da ITASA.

- MRS LOGÍSTICA

A sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, privatizada em 20 de setembro de 1996.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía diretamente participação de 27,27% e indiretamente, por meio de sua controlada em conjunto Nacional Minérios S.A (Namisa), participação de 6% no capital social da MRS.

A MRS poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

- CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA

A Usina Hidrelétrica de Igarapava localizada em Rio Grande na cidade de Conquista - MG, com capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo, é considerada um grande marco para a geração de energia no Brasil.

A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.

O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2012 é de R\$30.584 (R\$31.751 em 31 de dezembro de 2011) e o valor da despesa em 2012 é R\$6.620 (R\$6.366 em 2011).

- CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Em dezembro de 2011, a CSN subscreveu 1.876.146 ações ordinárias, correspondentes a 50% do capital social da CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura ("CBSI"). O investimento é resultado de uma *joint venture* constituída entre a CSN e a CKLS Serviços Ltda. Situada na cidade de Araucária-PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros.

---



- **CGPAR CONSTRUÇÃO PESADA S.A.**

Em 18 de julho de 2012 a CSN subscreveu 50.000 ações ordinárias, correspondentes a 50% do capital social da CGPAR CONSTRUÇÃO PESADA S.A. ("CGPAR") no valor total de R\$ 50.000,00. Esta subscrição foi resultado de uma joint venture constituída entre a CSN e a GPA Construção Pesada e Mineração Ltda. Sediada na cidade de Belo Horizonte/MG, a CGPAR possui como principais atividades a prestação de serviços relacionados ao apoio à extração de minério de ferro, terraplanagem, movimentação de terras e construção de barragens.

**e) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior**

- **STAHLWERK THÜRINGEN GMBH (SWT)**

Em 31 de janeiro de 2012 a CSN, por meio de sua subsidiária integral CSN Steel S.L.U., adquiriu a empresa Stahlwerk Thüringen GmbH conforme mencionado na nota 3.

A Stahlwerk Thüringen GmbH foi constituída em 1992, a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhütte, na cidade de Unterwellenborn na Alemanha, produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano.

- **COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL – LLC ("CSN LLC")**

Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., sediada em Wilmington, no Estado de Delaware - EUA, possui planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização. A CSN LLC é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Americas, subsidiária da CSN.

- **LUSOSIDER**

Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Empresa dispõe, em Paio Pires, de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

**f) Outros investimentos**

- **RIVERSDALE MINING LIMITED - Riversdale**

Em 20 de abril de 2011, a Companhia, por meio de sua subsidiária CSN Europe Lda., aderiu à oferta pública de aquisição de ações da Riversdale Mining Limited ("Riversdale") promovida pela Rio Tinto. Desta forma, a Companhia alienou a totalidade da participação acionária que detinha no capital social da Riversdale, equivalente a 47.291.891 ações ao preço de A\$16,50 por ação, totalizando A\$780.316.

- **PANATLÂNTICA**

Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento está avaliado a valor justo.

A Companhia detém atualmente 9,40% do capital social total da Panatlântica.

---

- USIMINAS

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS (“USIMINAS”) com matriz em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação. Também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itaúna/MG, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do País, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

Em 31 de dezembro de 2012, a participação da Companhia no capital da Usiminas era de 14,13% nas ações ordinárias e 20,69% nas ações preferenciais.

A USIMINAS é listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“Bovespa”: USIM3 e USIM5).

- ARVEDI METALFER DO BRASIL

Em 31 de julho de 2012 a Companhia adquiriu participação minoritária correspondente a 20% do capital social da Arvedi Metalfer do Brasil S.A., empresa pré-operacional com foco na produção de tubos, com sede em Salto-SP.

A composição consolidada dos investimentos está demonstrada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Panatlântica	12.965	12.030
Usiminas	2.323.172	2.077.277
Arvedi Metalfer do Brasil	12.977	
Outros	2.660	(1.082)
	<b>2.351.774</b>	<b>2.088.225</b>

## 10. IMOBILIZADO

	Consolidado						
	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>175.792</b>	<b>1.213.608</b>	<b>6.974.024</b>	<b>28.427</b>	<b>4.515.806</b>	<b>868.910</b>	<b>13.776.567</b>
Efeito de variação cambial	1.234	3.640	16.377	135	(157)	2.162	23.391
Aquisição por meio de combinação de negócios	3.325	10.805	14.050	562	4.204	90.572	123.518
Aquisições					4.400.825		4.400.825
Baixas		(6.719)	(30.059)	(17)		19.097	(17.698)
Depreciação		(39.364)	(821.672)	(4.931)		(65.441)	(931.408)
Reversão de perdas estimadas na baixa de ativos						4.774	4.774
Transferência para outras categorias de ativos	14.233	273.320	1.477.118	9.172	(1.848.785)	74.942	
Transferências para intangível					(11.104)	(383)	(11.487)
Outros		(170)	(4.883)	54	(4.470)	18.063	8.594
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>194.584</b>	<b>1.455.120</b>	<b>7.624.955</b>	<b>33.402</b>	<b>7.056.319</b>	<b>1.012.696</b>	<b>17.377.076</b>
Custo	194.584	1.700.245	11.138.198	139.679	7.056.319	1.459.659	21.688.684
Depreciação acumulada		(245.125)	(3.513.243)	(106.277)		(446.963)	(4.311.608)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>194.584</b>	<b>1.455.120</b>	<b>7.624.955</b>	<b>33.402</b>	<b>7.056.319</b>	<b>1.012.696</b>	<b>17.377.076</b>
Efeito de variação cambial	5.656	22.322	246.204	379	471	(148.244)	126.788
Aquisição por meio de combinação de negócios	22.852	103.739	419.787	1.202	1.079	33.819	582.478
Aquisições					3.142.634		3.142.634
Juros capitalizados (Notas 25 e 32)					409.498		409.498
Baixas	(1.375)	(255)	(10.135)	(159)	(769)	7.447	(5.246)
Depreciação		(70.509)	(1.058.081)	(13.474)		(75.464)	(1.217.528)
Perdas estimadas na baixa de ativos						(6.676)	(6.676)
Transferência para outras categorias de ativos	(32.855)	101.572	1.001.977	17.076	(1.123.481)	35.711	
Transferências para intangível					(8.808)	(787)	(9.595)
Outros			(74.552)		62.787	21.083	9.318
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>188.862</b>	<b>1.611.989</b>	<b>8.150.155</b>	<b>38.426</b>	<b>9.539.730</b>	<b>879.585</b>	<b>20.408.747</b>
Custo	188.862	1.917.814	12.758.762	151.008	9.539.730	1.397.841	25.954.017
Depreciação acumulada		(305.825)	(4.608.607)	(112.582)		(518.256)	(5.545.270)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>188.862</b>	<b>1.611.989</b>	<b>8.150.155</b>	<b>38.426</b>	<b>9.539.730</b>	<b>879.585</b>	<b>20.408.747</b>

	Controladora						
	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>94.133</b>	<b>766.826</b>	<b>5.651.657</b>	<b>21.953</b>	<b>1.649.182</b>	<b>248.665</b>	<b>8.432.416</b>
Incorporação de controladas	258	6.663	5.343	577	506.676	547	520.064
Aquisições					2.015.015		2.015.015
Baixas			(16.247)	(18)	(411)		(16.676)
Depreciação		(23.421)	(718.246)	(3.925)		(11.507)	(757.099)
Reversão de perdas estimadas na baixa de ativos						8.701	8.701
Transferências para outras categorias de ativos	8.282	54.241	923.169	6.703	(1.027.494)	35.099	
Transferência para intangível					(2.522)		(2.522)
Outros			(492)	23	(114)	48.529	47.946
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>102.673</b>	<b>804.309</b>	<b>5.845.184</b>	<b>25.313</b>	<b>3.140.332</b>	<b>330.034</b>	<b>10.247.845</b>
Custo	102.673	903.647	8.211.591	119.671	3.140.332	415.876	12.893.790
Depreciação acumulada		(99.338)	(2.366.407)	(94.358)		(85.842)	(2.645.945)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>102.673</b>	<b>804.309</b>	<b>5.845.184</b>	<b>25.313</b>	<b>3.140.332</b>	<b>330.034</b>	<b>10.247.845</b>
Aquisições					2.000.744		2.000.744
Juros capitalizados (Notas 25 e 32)					276.596		276.596
Baixas			(3.605)	(12)			(3.617)
Depreciação		(29.660)	(869.362)	(4.567)		(12.650)	(916.239)
Transferências para outras categorias de ativos	2.669	160.484	920.661	6.363	(891.530)	(198.647)	
Transferência para intangível					(2.547)		(2.547)
Outros			(73.351)		62.806	43.945	33.400
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>105.342</b>	<b>935.133</b>	<b>5.819.527</b>	<b>27.097</b>	<b>4.586.401</b>	<b>162.682</b>	<b>11.636.182</b>
Custo	105.342	1.065.326	9.052.087	125.936	4.586.401	259.592	15.194.684
Depreciação acumulada		(130.193)	(3.232.560)	(98.839)		(96.910)	(3.558.502)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>105.342</b>	<b>935.133</b>	<b>5.819.527</b>	<b>27.097</b>	<b>4.586.401</b>	<b>162.682</b>	<b>11.636.182</b>

(\*) No consolidado referem-se, substancialmente a ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos e dormentes. Na controladora inclui benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares, minas e jazidas e almoxarifados de reposição.

Segue abertura dos projetos que compõem as obras em andamento:

					Consolidado	
	Descrição do projeto	Data de início	Data de conclusão		31/12/2012	31/12/2011
<b>Logística</b>						
	Expansão de 1.728 Km da Transnordestina para transporte, principalmente de minério de ferro, calcário, soja, algodão, cana de açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis.	2009	2016		4.642.102	3.489.871
	Obras de expansão da capacidade da MRS e investimentos correntes para manutenção das operações atuais.				232.818	290.410
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.				37.589	15.479
					<b>4.912.509</b>	<b>3.795.760</b>
<b>Mineração</b>						
	Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra para 42 Mtpa.	2007	2015 <sup>(1)</sup>		1.613.130	1.322.433
	Expansão do TECAR para permitir uma exportação anual de 60 Mtpa.	2009	2016		714.986	425.134
	Expansão da capacidade produtiva da Namisa.	2008	2016 <sup>(2)</sup>		131.408	137.059
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.				13.080	46.421
					<b>2.472.604</b>	<b>1.931.047</b>
<b>Siderurgia</b>						
	Implementação da fábrica de aços longos nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para a produção de vergalhão e fio máquina.	2008	2013 <sup>(3)</sup>		1.460.694	907.521
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.				416.855	256.718
					<b>1.877.549</b>	<b>1.164.239</b>
<b>Cimentos</b>						
	Construção de unidade integrada de cimento em Arcos/MG.	2011	2014/2015 <sup>(4)</sup>		241.412	132.986
	Construção de fábrica para produção de clínquer em Arcos/MG.	2007	2013 <sup>(5)</sup>		10.109	27.536
	Investimentos correntes para manutenção das operações atuais.				25.547	4.751
					<b>277.068</b>	<b>165.273</b>
<b>Total Obras em andamento</b>					<b>9.539.730</b>	<b>7.056.319</b>

(1) Data prevista para conclusão das fases 40 Mtpa e 42 Mtpa

(2) Data prevista para conclusão dos projetos de concentradores magnéticos Pires e B4/B5

(3) Data prevista para conclusão da unidade do Rio de Janeiro

(4) Data prevista para conclusão de novas unidades de moagem em Arcos/MG e novo forno de clínquer

(5) Start-up em março de 2011, data prevista para finalização do ramp-up.

Os custos classificados em obras em andamento são compostos basicamente por aquisição de serviços, compra de partes e peças a serem aplicados como investimentos para aumento de performance, melhoria tecnológica, ampliação, expansão e aquisição de ativos, que serão transferidos para suas respectivas contas e depreciados a partir do momento que estiverem disponíveis para uso.

Os gastos incorridos para renovação e substituição de partes do ativo imobilizado totalizaram R\$273.339 em 31 de dezembro de 2012 (R\$654.865 em 31 de dezembro de 2011), que foram capitalizados e serão depreciados obedecendo ao período até o próximo evento de manutenção.

As demais despesas com reparo e manutenção são registradas aos custos e às despesas operacionais, quando incorridas.

Dada a necessidade de revisão das vidas úteis, no mínimo a cada exercício, a administração realizou em 2012 a revisão para todas as unidades da Companhia. Dessa forma as vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	Consolidado	Controladora
Edificações	46	45
Máquinas, equipamentos e instalações	14	12
Móveis e utensílios	11	10
Outros	30	12

a) Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$409.498 em 31 de dezembro de 2012 (R\$353.156 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado e R\$276.596 (R\$248.012 em 31 de dezembro de 2011) na controladora. Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos de mineração, cimento, aços longos e Transnordestina, que referem substancialmente a: (i) expansão da Casa de Pedra (ii) construção da fábrica de cimentos em Volta Redonda

(RJ) e da fábrica de clínquer em Arcos (MG); (iii) construção da usina de aço longos em Volta Redonda (RJ) e (iv) ampliação da ferrovia Transnordestina que ligará o cerrado do Nordeste aos portos de Suape (PE) e Pecém (CE) (Vide notas 25 e 32).

Abaixo estão demonstradas as taxas utilizadas para as capitalizações dos custos de empréstimos:

Taxas	31/12/2012	31/12/2011
Projetos específicos	TJLP + 1,3% até 3,2% UM006 + 2,7%	TJLP + 1,3% até 3,2% UM006 + 2,7%
Projetos não específicos	8,47%	10,56%

b) As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo de Produção	1.178.884	892.297	892.505	730.030
Despesa Vendas	8.046	7.130	6.212	5.501
Despesa Gerais e Administrativas	28.924	29.941	8.240	7.352
	<b>1.215.854</b>	<b>929.368</b>	<b>906.957</b>	<b>742.883</b>
Outras operacionais (*)	14.797	18.883	13.590	18.177
	<b>1.230.651</b>	<b>948.251</b>	<b>920.547</b>	<b>761.060</b>

(\*) Refere-se a depreciação de equipamentos paralisados (vide nota 24).

c) A mina de Casa de Pedra é um ativo pertencente à CSN, que tem o direito exclusivo de explorar essas minas. As atividades de mineração de Casa de Pedra são baseadas no "Manifesto de Mina", que confere à CSN plena propriedade sobre os depósitos minerais existentes dentro dos limites de sua propriedade.

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo do imobilizado líquido de Casa de Pedra era de R\$2.892.120 (R\$2.485.077 em 31 de dezembro de 2011), representados principalmente por obras em andamento no montante de R\$1.612.000 (R\$1.123.821 em 31 de dezembro de 2011).

## 11. INTANGÍVEL

	Consolidado					Controladora		
	Ágio	Intangível prazo de vida útil definida	Relações com Clientes	Software	Outros	Total	Ágio	Software
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>423.698</b>	<b>4.991</b>		<b>32.765</b>	<b>1.002</b>	<b>462.456</b>	<b>13.091</b>	<b>9.540</b>
Efeito de variação cambial				6	72	78		
Aquisições por meio de combinações de Negócios (*)	204.569					204.569		
Aquisições e gastos				350	357	707		
Alienações				(784)	(489)	(1.273)		
Perdas por redução ao valor recuperável	(60.861)					(60.861)		
Transferência do imobilizado				11.487		11.487		2.522
Transferência do realizável a longo prazo					2.977	2.977		
Amortização		(4.991)		(9.622)	(2.230)	(16.843)		(3.961)
Outras movimentações				(2.113)	2.190	77		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>567.406</b>			<b>32.089</b>	<b>3.879</b>	<b>603.374</b>	<b>13.091</b>	<b>8.101</b>
Custo	908.576	4.991		86.070	6.087	1.005.724	14.135	24.003
Amortização acumulada	(280.309)	(4.991)		(53.981)	(2.208)	(341.489)	(1.044)	(15.902)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(60.861)					(60.861)		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>567.406</b>			<b>32.089</b>	<b>3.879</b>	<b>603.374</b>	<b>13.091</b>	<b>8.101</b>
Efeito de variação cambial			30.501	104	14.045	44.650		
Aquisições por meio de combinações de Negócios (**)	235.595		316.939		77.231	629.765		
Aquisições e gastos				961	571	1.532		237
Alienações				(1)	(564)	(565)		
Transferência do imobilizado				9.595		9.595		2.547
Amortização				(12.975)	(148)	(13.123)		(4.308)
Outras movimentações				210	14	224		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>803.001</b>		<b>347.440</b>	<b>29.983</b>	<b>95.028</b>	<b>1.275.452</b>	<b>13.091</b>	<b>6.577</b>
Custo	1.194.059		347.441	85.183	97.405	1.724.088	14.135	26.787
Amortização acumulada	(330.197)			(55.200)	(2.378)	(387.775)	(1.044)	(20.210)
Ajuste pelo valor recuperável acumulado	(60.861)					(60.861)		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>803.001</b>		<b>347.441</b>	<b>29.983</b>	<b>95.027</b>	<b>1.275.452</b>	<b>13.091</b>	<b>6.577</b>

(\*) Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill"), originado da combinação de negócios da Prada Embalagens com a CBL em 12 de julho de 2011.

(\*\*) Ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill"), originado da combinação de negócios da CSN Steel S. L. com empresas Stahlwerk Thüringen GmbH (SWT) e Gallardo Sections em 31 de janeiro de 2012 (vide nota 3).

O prazo de vida útil do *software* é de 01 a 05 anos e dos outros intangíveis de 13 a 30 anos.

**Ágio:** O fundamento econômico do ágio é a expectativa de rentabilidade futura e de acordo com os novos pronunciamentos esses valores não são amortizados contabilmente desde 1º de janeiro de 2009, quando passaram a estar sujeitos apenas aos testes de *impairment*.

- **Teste do ágio para verificação de "impairment"**

Com o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais da CSN os quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos em que o ágio é monitorado pela alta administração da Companhia, nunca acima dos Segmentos Operacionais.

Unidade Geradora de Caixa	Segmento	31/12/2012	31/12/2011	Investidora
Mineração	Mineração	347.098	347.098	Namisa
Embalagens (*)	Siderurgia	207.217	207.217	CSN
Aços planos	Siderurgia	13.091	13.091	CSN
Aços longos	Siderurgia	235.595		CSN Steel S.L.
		<b>803.001</b>	<b>567.406</b>	

(\*) O ágio da UGC (Unidade Geradora de Caixa) Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) registrada em 2011 na linha de outras receitas e despesas operacionais da demonstração de resultado do exercício no montante de R\$60.861.

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") é determinado com base em cálculos do valor em uso.

Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de três anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de três anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a Unidade Geradora De Caixa ("UGC") atua.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2012 são as que seguem:

	<b>Mineração</b>	<b>Embalagens</b>	<b>Aços Planos</b>	<b>Aços Longos</b>
Margem bruta (i)	Para apuração da margem foram considerados os planos de expansão já aprovados no plano de negócios da Companhia. Foram considerados os preços de minério de ferro no mercado internacional com base em projeções elaboradas por instituições oficiais do segmento de mineração e para câmbio foi considerado uma curva projetada da taxa de dólar em termos reais até 2018, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, sendo que de 2018 em diante considerou-se a variação nula;	Média da Margem Bruta de cada Unidade Geradora de Caixa baseada no histórico e nas projeções aprovadas pelo Conselho para os próximos 3 anos, curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo e ganhos de sinergia entre as unidades de embalagem da companhia;	Média da Margem Bruta de cada Unidade Geradora de Caixa baseada no histórico e nas projeções aprovadas pelo Conselho para os próximos 3 anos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo;	Com base nas projeções aprovadas pelo Conselho para os próximos 3 anos, curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo e considerando o ramp up do volume de produção após o início das operações da planta;
Atualização dos custos	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;	Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais;
Taxa de crescimento (ii)	Os fluxos de caixa consideraram o período de projeção até 2052, devido à extensão nos prazos de implementação de alguns projetos, e aos prazos de vencimento dos principais contratos para o qual esse <i>Business Plan</i> foi desenvolvido, desta forma, não é necessário considerar taxa de crescimento em virtude do período de projeção ser acima de 30 anos;	Taxa de crescimento médio de 2,5% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado;	Taxa de crescimento médio de 2,0% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado;	Taxa de crescimento médio de 2,0% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado;
Taxa de desconto (iii)	Taxa de desconto de 8,2% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 8,2% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 8,2 % a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.	Taxa de desconto de 8,2 % a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

(i) Margem bruta orçada.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.



## 12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que se encontram registrados ao custo amortizado, são conforme abaixo:

	Taxas a.a. (%)	Consolidado				Taxas a.a. (%)	Controladora			
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante			Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
MOEDA ESTRANGEIRA										
Pré-Pagamento	1% até 3,50%	162.290	381.333	1.104.271	573.388	1% até 3,50%	162.290	381.333	1.104.271	573.388
Pré-Pagamento	3,51% até 7,50%	8.954	148.597	878.705	1.281.171	3,51% até 7,50%	121.962	276.615	3.105.474	3.398.081
Bônus Perpétuos	7,00%	2.781	2.553	2.043.500	1.875.800					
Fixed Rate Notes	6,50% até 10,00%	1.265.330	119.030	4.802.225	5.064.660	4,142% até 9,125%	1.422.531	19.623	2.122.809	3.385.078
Importações Financiadas	6,01% até 8,00%	30.413	25.248	50.989	27.310	6,01% até 8,00%	6.813	6.254		5.758
CCB	1,54%		176.440					176.440		
BNDES/FINAME	T. Juros Res. 635/87 + 1,7% e 2,7%	32.395	25.903	10.755	36.750	T. Juros Res. 635/87 + 1,7% e 2,7%	29.703	23.425	9.863	33.466
Intercompany						Libor 6M + 2,25 e 3,99%	91.505	534.185	634.124	119.246
Outros	1,40% até 8,00% e CDI + 1,2%	25.262	105.442	411.274	145.438	1,40% até 8,00% e Libor 6M + 2,56%		87.811		
		1.527.425	984.546	9.301.719	9.004.517		1.834.804	1.505.686	6.976.541	7.515.017
MOEDA NACIONAL										
BNDES/FINAME	TJLP + 1,5% até 5%	415.480	430.432	1.956.981	1.744.727	TJLP + 1,5% até 3,2%	253.852	226.891	835.513	782.416
Debêntures	103,6% até 110,8% CDI e 1% + TJLP	144.902	672.073	4.613.634	2.822.424	103,6% e 110,8% CDI	46.355	655.755	2.715.000	1.150.000
Pré-Pagamento	104,8%, 109,5% e 111% CDI	163.961	537.128	4.856.557	4.523.224	104,8% e 109,5 % CDI	147.713	510.072	2.800.000	2.466.667
CCB	112,5% CDI	62.072	101.280	7.200.000	7.200.000	112,5% CDI	62.072	101.280	7.200.000	7.200.000
Intercompany						100,5% até 105,5% CDI	302.299	1.356.010	1.077.420	
Outros		12.599	9.509	29.398	37.058		1.986	1.845	3.973	5.528
		799.014	1.750.422	18.656.570	16.327.433		814.277	2.851.853	14.631.906	11.604.611
Total de Empréstimos e Financiamentos		2.326.439	2.734.968	27.958.289	25.331.950		2.649.081	4.357.539	21.608.447	19.119.628
Custos de Transação e Prêmios de Emissão		(31.030)	(32.885)	(101.939)	(145.445)		(27.578)	(27.398)	(89.958)	(114.133)
Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação		2.295.409	2.702.083	27.856.350	25.186.505		2.621.503	4.330.141	21.518.489	19.005.495

Os saldos de pré-pagamentos com partes relacionadas da controladora totalizam R\$2.339.776 em 31 de dezembro de 2012 (R\$2.244.927 em 31 de dezembro de 2011) e os saldos de *Fixed Rate Notes* e *Intercompany Bonds* totalizam R\$3.545.340 (R\$3.404.701 em 31 de dezembro de 2011), vide nota 18.

### • Custos de Transação das Captações

Em 31 de dezembro de 2012 os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados como segue:

	Consolidado		Controladora		TJ <sup>(1)</sup>	TIR <sup>(2)</sup>
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
Fixed rate notes	1.654	1.717	701	2.490	6,5% até 10%	6,75% até 10,7%
BNDES	2.088	5.606	1.760	3.141	1,3% até 3,2%	1,44% até 9,75%
Pré-pagamento	8.059	14.369	6.707	7.735	109,50% e 110,79% CDI	10,08% até 12,44%
Pré-pagamento	908	2.969	509	1.874	2,37% e 3,24%	2,68% até 4,04%
CCB	17.472	72.306	17.472	72.306	112,5% CDI	11,33% até 14,82%
Outros	849	4.972	429	2.412	105,8% e 110,8% CDI	12,59% e 13,27%
	<b>31.030</b>	<b>101.939</b>	<b>27.578</b>	<b>89.958</b>		

(1) TJ – Taxa de juros anual contratada

(2) TIR – Taxa interna de retorno anual

- **Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2012, o principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
2014	2.917.379	10%	3.256.030	15%
2015	3.886.092	14%	3.671.510	17%
2016	3.281.664	12%	2.114.650	10%
2017	3.530.240	13%	2.478.440	11%
2018	3.726.463	13%	2.675.362	12%
Após 2018	8.572.951	31%	7.412.455	35%
Bônus Perpétuos	2.043.500	7%		
	<b>27.958.289</b>	<b>100%</b>	<b>21.608.447</b>	<b>100%</b>

- **Captações dos empréstimos e Amortizações, financiamentos e debêntures**

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício corrente:

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>27.888.588</b>	<b>20.089.447</b>	<b>23.335.636</b>	<b>15.183.349</b>
Captações	3.721.945	7.824.012	2.712.471	7.314.956
Amortizações	(4.821.661)	(3.614.606)	(4.713.335)	(2.818.933)
Outros (*)	3.362.887	3.589.735	2.805.220	3.656.264
<b>Saldo final</b>	<b>30.151.759</b>	<b>27.888.588</b>	<b>24.139.992</b>	<b>23.335.636</b>

(\*) Inclusos variações cambiais e monetárias não realizadas.

Os contratos de empréstimo e financiamento da Companhia prevêem cláusulas restritivas, usuais em contratos desta natureza, e que se encontram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2012.

Em janeiro de 2012, a Companhia garantiu financiamento contratado por sua subsidiária CSN Steel S.L., no valor de EUR 120.000 mil, destinado ao financiamento parcial da aquisição da totalidade das ações detidas pelo Grupo Alfonso Gallardo, S.L.U. ("Grupo Gallardo") nas empresas Stahlwerk Thüringen GmbH ("SWT") e Gallardo Sections S.L.U.

Em janeiro de 2012, a Companhia precificou, através de sua subsidiária integral CSN Resources S.A., uma emissão adicional de bônus, no valor de US\$ 200.000 mil, por meio da reabertura dos bônus de US\$ 1.000.000 mil e vencimento em julho de 2020.

Em setembro de 2012, a Companhia liquidou as notas promissórias comerciais, com o pagamento do montante de R\$800.000 de principal e R\$33.277 de juros.

- **Debêntures**

#### **i. Companhia Siderúrgica Nacional**

##### **Quarta emissão**

Em fevereiro de 2012 a Companhia liquidou a quarta emissão com o pagamento no montante de R\$600.000 de principal e R\$35.285 de juros.

### Quinta emissão

Em julho de 2011 a Companhia emitiu 115 debêntures não conversíveis e quirografárias, em série única, ao valor nominal unitário de R\$10.000 totalizando R\$1.150.000 com juros remuneratórios de 110,80% a.a. do CDI Cetip com vencimento em julho de 2019 com opção de resgate antecipado.

### Sexta emissão

Em setembro de 2012 a Companhia emitiu 156.500 debêntures, sendo 106.500 debêntures da 1ª série e 50.000 debêntures da 2ª série, não conversíveis e quirografárias, ao valor nominal unitário de R\$10 totalizando R\$1.565.000 com juros remuneratórios da 1ª série 105,80% a.a do CDI Cetip e da 2ª série 106,00% a.a. com vencimento para março e setembro de 2015 respectivamente, ambas com opção de resgate antecipado.

### ii. Transnordestina Logística

Em março de 2010, a Transnordestina Logística S.A. obteve junto ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, aprovação para sua 1ª Emissão Privada de debêntures conversíveis em ações, composta ao todo de oito séries no valor total de R\$2.672.400. A primeira, terceira e quarta séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Missão Velha – Salgueiro – Trindade e Salgueiro – Porto de Suape, o qual inclui também os investimentos no Porto de Suape e a reconstrução do trecho Cabo – Porto Real de Colégio. A segunda, quinta e sexta séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Eliseu Martins – Trindade. A sétima e oitava séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Missão Velha – Pecém, o qual inclui também os investimentos no Porto de Pecém.

Série	Em itida	Valor		Vencimento	Encargos	Saldo (R\$)
		Unitário	Em iss ão			31/12/2012
1ª	336.647.184	R\$ 1,00	09/03/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a	336.647
2ª	350.270.386	R\$ 1,00	25/11/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a	350.270
3ª	338.035.512	R\$ 1,00	01/12/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a	338.036
4ª	468.293.037	R\$ 1,00	04/10/11	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a	468.293
5ª	121.859.549	R\$ 1,00	21/09/12	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a	121.860

### • Garantias Concedidas

As garantias concedidas em razão dos empréstimos constituem-se de bens do imobilizado, avais e fianças, conforme demonstrado no quadro a seguir e não contemplam garantias concedidas para empresas controladas e controladas em conjunto.

	31/12/2012	31/12/2011
Imobilizado	12.233	19.383
Garantia fidejussória (*)		87.550
	<b>12.233</b>	<b>106.933</b>

(\*) Em março de 2012 a Companhia liquidou o empréstimo que possuía em garantia fidejussória, sendo o pagamento no montante de R\$89.438.

### 13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap cambial e swap de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

#### • Classificação de instrumentos financeiros

Consolidado	31/12/2012					31/12/2011					
	Notas	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	Saldos	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	Saldos
Ativo											
Circulante											
Caixa e Equivalente de Caixa	4			14.444.875		14.444.875			15.417.393		15.417.393
Contas a Receber Líquidas	5			1.715.079		1.715.079			1.558.997		1.558.997
Margem de garantia de instrumentos Financeiros	7 e 13			435.161		435.161			407.467		407.467
Instrumentos financeiros derivativos	7 e 13		239.266			239.266		55.115			55.115
Não Circulante											
Outros títulos a receber (Nota 7)				8.983		8.983			57.797		57.797
Investimentos		2.336.137				2.336.137	2.089.307				2.089.307
Instrumentos financeiros derivativos	7		8.665			8.665		376.344			376.344
Aplicações Financeiras				116.753		116.753			139.679		139.679
Passivo											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	12				2.326.439	2.326.439				2.734.968	2.734.968
Instrumentos financeiros derivativos	13 e 14		245.692			245.692		2.971			2.971
Fornecedores					1.957.789	1.957.789				1.232.075	1.232.075
Não Circulante											
Empréstimos e financiamentos	12				27.958.289	27.958.289				25.331.950	25.331.950
Instrumentos financeiros derivativos	13 e 14							373.430			373.430

#### • Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo requerem divulgação das mensurações do valor justo em três níveis de hierarquia.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado utilizando um método de avaliação:

Consolidado	31/12/2012				31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos
<b>Ativo</b>								
<b>Circulante</b>								
Instrumentos financeiros derivativos		239.266		239.266		55.115		55.115
<b>Não Circulante</b>								
Investimentos	2.336.137			2.336.137	2.089.309			2.089.309
Instrumentos financeiros derivativos		8.665		8.665		376.344		376.344
<b>Passivo</b>								
<b>Circulante</b>								
Instrumentos financeiros derivativos		245.692		245.692		2.971		2.971
<b>Não Circulante</b>								
Instrumentos financeiros derivativos						373.430		373.430

## II – Investimentos em títulos classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Consistem, principalmente, em investimentos em ações adquiridas no Brasil de empresas de primeira linha, os quais estão registrados no ativo não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização dos títulos, ou quando uma eventual perda for considerada irreversível.

### **Perda (impairment) de ativos financeiros disponíveis para venda**

A Companhia possui investimentos em ações ordinárias (USIM3) e preferenciais (USIM5) da Usiminas (“Ações Usiminas”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo (*fair value*), baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (BM&FBOVESPA).

Considerando a volatilidade nas cotações das Ações Usiminas, a Companhia avalia se na data de fechamento das demonstrações financeiras, existem evidências objetivas de perda no valor recuperável desses ativos financeiros, ou seja, a administração da Companhia avalia se a queda no valor de mercado das ações Usiminas deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta avaliação, por sua vez, exige julgamento com base em política da CSN, elaborada segundo práticas usadas no mercado nacional e internacional, e consiste na análise, instrumento por instrumento, baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda superior a 20% no seu valor de mercado ou a partir de uma queda significativa do valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses.

Para determinação do prazo de duração do declínio no valor de mercado das Ações Usiminas abaixo do seu custo, a CSN compara o seu custo médio de aquisição na data base da demonstração financeira com a última data em que a cotação máxima estava acima desta média ponderada. Na avaliação da administração esta análise demonstrou que nem as ações USIM3 nem as USIM5 apresentaram um declínio prolongado em sua cotação, conforme critérios definidos na política da Companhia.

Para determinação do percentual de declínio, analisa-se a volatilidade, que representa uma medida de dispersão dos retornos de uma ação ou índice de mercado. Quanto mais o preço de uma ação varia num período curto de tempo, maior o risco de ganho ou perda financeira negociando esta ação, e, por isso a volatilidade é uma medida de risco. A volatilidade histórica da ação é calculada e considerada para identificar a flutuação esperada para o respectivo instrumento, mensurar a expectativa de volatilidade futura do instrumento patrimonial avaliado e concluir se um declínio de valor de mercado de um instrumento abaixo do seu custo deve ou não ser considerado significativo.

A tabela a seguir ilustra este índice no período de 12 anos (considerando a data-base 31/12/2011), período suficientemente longo para eliminar picos de volatilidade causados por crises econômicas nacionais e internacionais:

Período	Volatilidade	
	USIM3	USIM5
03/01/2000 a 31/12/2011	50,42%	48,57%

Com base nessas informações, nos critérios adotados pela administração e nas regras contábeis e legais pertinentes, a administração concluiu que a queda no valor de mercado em relação ao custo de aquisição das ações da USIM3 e USIM5 em 30 de junho de 2012, de 66,3% e 59,0%, respectivamente, foi considerada como um declínio significativo no valor de mercado desses instrumentos patrimoniais.

Com base nos elementos qualitativos e quantitativos apresentados acima, a administração, no exercício de seu julgamento, concluiu que houve evidência de uma redução significativa no valor recuperável do investimento nas Ações da Usiminas em 30 de junho de 2012, e, conseqüentemente, reclassificou as perdas acumuladas registradas em outros resultados abrangentes, no valor de R\$1.599.485, líquido de imposto de renda e contribuição social, para o resultado do exercício, sendo registrado o montante de R\$2.022.793 em outras despesas operacionais e R\$423.308 em impostos diferidos.

A partir daquela data, de acordo com a política da Companhia, os ganhos decorrentes da variação positiva da cotação das ações durante o segundo semestre findo em 31/12/2012 no montante de R\$730.812, líquido de imposto de renda e contribuição social, foram registrados em outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda.

Em dezembro de 2012 houve um registro adicional de R\$264.441 de impostos diferidos sobre as perdas acumuladas em função da análise anual da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social que considerou as diferenças temporárias geradas por este investimento nas subsidiárias da CSN, em decorrência da reclassificação das perdas acumuladas.

A Companhia continuará avaliando alternativas estratégicas com relação ao seu investimento na Usiminas. Estas iniciativas podem, por exemplo, impactar na forma de registro do investimento nas demonstrações financeiras da Companhia.

### III – Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, sendo comparado abaixo:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado
Bônus Perpétuos	2.046.281	2.102.366	1.878.353	1.819.903
Fixed Rate Notes	6.067.555	6.811.081	5.183.690	5.832.364

#### IV - Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto.

- Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 12.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo provisão de juros.

Em 31 de dezembro de 2012	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.326.439	6.803.471	10.538.367	10.616.451	30.284.728
Instrumentos financeiros derivativos	245.692				245.692
Fornecedores	1.957.789				1.957.789
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>					
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.734.968	2.263.889	6.724.483	16.343.578	28.066.918
Instrumentos financeiros derivativos	2.971	373.430			376.401
Fornecedores	1.232.075				1.232.075

- Risco de taxa de câmbio**

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar, euro e dólar australiano ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é efetivamente o risco de exposição em moeda estrangeira. Portanto, além das contas a receber originado por exportações e dos investimentos no exterior que se constituem, em termos econômicos, em hedge natural, a Companhia avalia e utiliza-se de instrumentos financeiros diversos, tais como instrumentos derivativos (swap, dólar x real, euro x dólar, e contratos futuros de câmbio) para gerir seus riscos de variação de moeda diferente do real.

- Políticas de utilização de derivativos de proteção**

A política financeira da Companhia reflete os parâmetros de liquidez, risco de crédito e de mercado aprovados pelo comitê de auditoria e conselho de administração. A utilização de instrumentos derivativos com objetivo de evitar que flutuações de taxas de juros e taxas de câmbio tenham impacto negativo sobre o balanço patrimonial e demonstração de resultados da empresa deve observar estes mesmos parâmetros. Nos termos das normas internas, esta política de investimentos financeiros foi aprovada e é administrada pela diretoria financeira.

A Diretoria rotineiramente apresenta e discute, nas reuniões de Diretoria Executiva e Conselho de Administração, as posições financeiras da Companhia. Nos termos do estatuto social, operações de valores expressivos requerem



aprovação prévia dos órgãos da administração. A utilização de outros instrumentos derivativos está condicionada à aprovação prévia do Conselho de Administração.

Para financiar suas atividades a Companhia recorre ao mercado financeiro de capitais, tanto local quanto internacional e em função do perfil de endividamento que busca, parte da dívida está atrelada a moeda estrangeira, substancialmente ao dólar norte-americano, o que motiva buscar proteção para o endividamento através de instrumentos financeiros derivativos.

Para contratar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dentro da estrutura de controles internos, são adotadas as seguintes políticas:

- apuração contínua da exposição cambial que ocorre por meio do levantamento dos ativos e passivos expostos a moeda estrangeira, dentro dos seguintes termos: (i) contas a receber e a pagar em moeda estrangeira; (ii) disponibilidades e dívida em moeda estrangeira considerando, inclusive, a maturidade dos ativos e passivos expostos a oscilação cambial;
- apresentação da posição financeira e exposição cambial, rotineiramente, em reuniões de diretoria executiva e do conselho de administração que aprovam a estratégia de proteção;
- realização de operações de derivativos de proteção somente com bancos de primeira linha, diluindo o risco de crédito pela diversificação destes bancos;

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	
<b>Exposição Cambial</b>	<b>(Valores em US\$ mil)</b>	<b>(Valores em Eur mil)</b>
Caixa e equivalente no exterior	6.106.055	2.551
Margem de garantia derivativo	200.296	
Contas a receber	348.361	32.298
Empréstimos intercompany	61.628	92.322
Adiantamento a fornecedores	11.639	592
Outros Ativos	3.478	37.118
<b>Total ativo</b>	<b>6.731.457</b>	<b>164.881</b>
Empréstimos e financiamentos	(5.102.672)	(120.869)
Fornecedores	(267.371)	(52)
Outros Passivos	(36.951)	
Empréstimos intercompany	(13.997)	
<b>Total passivo</b>	<b>(5.420.991)</b>	<b>(120.921)</b>
<b>Exposição bruta</b>	<b>1.310.466</b>	<b>43.960</b>
Nocional de derivativos contratados líquidos	66.557	(90.000)
<b>Exposição líquida</b>	<b>1.377.023</b>	<b>(46.040)</b>

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

#### • Transações de swap cambial

A Companhia realiza operações com swap cambial com o intuito de proteger seus ativos e passivos de eventuais oscilações da paridade dólar/real. A referida proteção via swap cambial proporciona à Companhia, através da ponta ativa do contrato, o ganho do FRA (Forward Rate Agreement) de cupom cambial, que ao mesmo tempo melhora suas taxas de aplicação e reduz o custo de suas captações no mercado internacional.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia mantinha posição comprada em swap cambial de US\$10.000 mil (US\$367.856 mil em 31 dezembro de 2011), onde recebeu, na ponta ativa, variação cambial mais cupom de 3,5% ao

ano em média (em 2011 variação cambial mais 3,4541% ao ano), e pagou 100% do CDI na ponta passiva do contrato de swap cambial.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia mantinha posição vendida em swap cambial no valor de US\$ 100.000 mil, onde pagou, na ponta passiva, variação cambial mais cupom de 2,39% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2012, a posição consolidada desses contratos é a seguinte:

- **Swap cambial dólar x real**

Contrapartes	Vencimento da operação	31/12/2012				31/12/2011			
		Valorização (R\$)			Valor justo (mercado)	Valorização (R\$)			Valor justo (mercado)
		Nocional (US\$ mil)	Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber / (Pagar)	Nocional (US\$ mil)	Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber / (Pagar)
HSBC	17/06/2013	3.327	6.865	(6.992)	(127)	101.317	192.919	(176.554)	16.365
Bradesco	13/05/2013 a 01/07/2013	14.971	30.961	(31.101)	(140)	3.327	6.279	(5.743)	536
Banco do Brasil	01/02/2013	3.327	6.885	(6.447)	438	6.654	12.605	(12.413)	192
Santander	01/10/2013 a 02/01/2015	14.990	33.115	(30.061)	3.054	14.990	28.900	(28.416)	484
Goldman Sachs	01/02/2013	3.327	6.880	(6.457)	423	190.000	371.174	(352.514)	18.660
Banco de Tokyo	15/12/2016	24.952	54.634	(49.147)	5.487	24.952	46.980	(47.960)	(980)
JP Morgan	16/12/2013	1.663	3.401	(3.490)	(89)	9.981	19.127	(18.556)	571
Société Générale						16.635	30.554	(29.362)	1.192
		<b>66.557</b>	<b>142.741</b>	<b>(133.695)</b>	<b>9.046</b>	<b>367.856</b>	<b>708.538</b>	<b>(671.518)</b>	<b>37.020</b>

- **Swap cambial real x dólar**

Contrapartes	31/12/2011			
	Nocional (US\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)
		Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a (Pagar)
Goldman Sachs	(70.000)	130.266	(130.787)	(521)
Santander	(30.000)	55.704	(56.030)	(326)
	<b>(100.000)</b>	<b>185.970</b>	<b>(186.817)</b>	<b>(847)</b>

A posição das operações em aberto foram registradas no ativo da Companhia no montante de R\$9.046 em 31 de dezembro de 2012 (R\$37.020 no ativo e R\$847 no passivo em 31 de dezembro de 2011) e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro como ganho no montante de R\$17.065 em 2012 (perda no montante de R\$115.490 em 2011), sendo que R\$8.019 refere-se a operações liquidadas (vide nota 25).

- **Swap cambial euro x dólar**

Além dos swaps citados acima, a Companhia também realizou NDFs (Non Deliverable Forward) de seus ativos em euros. Basicamente, a Companhia realizou derivativos financeiros de seus ativos em euros, nos quais receberá a diferença entre a variação cambial em dólares observada no período, multiplicado pelo valor de referência (ponta ativa) e paga a diferença entre a variação cambial em euros observada no período, sobre o valor em euros de referência na data da contratação (ponta passiva). Tratam-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, contratadas dentro dos fundos exclusivos.

Em 31 de dezembro de 2012, a posição consolidada desses contratos era a seguinte:

Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (Euro mil)	31/12/2012			Nocional (Euro mil)	31/12/2011		
			Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)		Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)
			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a (Pagar)		Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a Receber
Itaú BBA	10/01/2013	40.000	51.793	(52.876)	(1.083)				
HSBC	10/01/2013	25.000	32.373	(33.047)	(674)	25.000	51.469	(48.556)	2.913
Goldman Sachs	10/01/2013	25.000	32.363	(33.047)	(684)	40.000	128.761	(121.389)	7.372
Deutsche Bank						25.000	51.521	(48.556)	2.965
		<b>90.000</b>	<b>116.529</b>	<b>(118.970)</b>	<b>(2.441)</b>	<b>90.000</b>	<b>231.751</b>	<b>(218.501)</b>	<b>13.250</b>

A posição das operações em aberto foram registradas no passivo da Companhia no montante de R\$2.441 em 31 de dezembro de 2012 (R\$13.250 registrado no ativo em 31 de dezembro de 2011) e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro como perda no montante de R\$5.116 em 2012 (ganho de R\$9.574 em 2011), sendo que R\$2.675 refere-se a operações já liquidadas (vide nota 25).

- **Swap cambial dólar x euro**

A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro. Em 31 de dezembro de 2012 a posição bruta era de US\$6.162 e líquida US\$38.230 (incluindo derivativos abaixo)

Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (US\$ mil)	31/12/2012			Nocional (US\$ mil)	31/12/2011		
			Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)		Valorização (R\$)		Valor Justo (mercado)
			Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a receber		Posição Ativa	Posição Passiva	Valor a receber
BES	28/09/2013	44.392	90.687	(94.928)	(4.241)	20.208	38.017	(34.049)	3.968
BNP						15.000	28.219	(25.453)	2.766
		<b>44.392</b>	<b>90.687</b>	<b>(94.928)</b>	<b>(4.241)</b>	<b>35.208</b>	<b>66.236</b>	<b>(59.502)</b>	<b>6.734</b>

A posição das operações em aberto foram registradas no passivo da Companhia no montante de R\$4.241 em 31 de dezembro de 2012 (R\$6.734 registrado no ativo em 31 de dezembro de 2011) e seus resultados consolidados no resultado financeiro como perda no montante de R\$8.065 em 2012 (ganho de R\$16.501 em 2011), sendo que R\$3.824 refere-se a operações já liquidadas (vide nota 25).

- **Swap cambial iene x dólar**

Contrapartes	Vencimento da operação	Nocional (Iene)	31/12/2012			Nocional (Iene)	31/12/2011		
			Posição Contábil		Valor Justo (mercado)		Posição Contábil		Valor Justo (mercado)
			Ativa	Passiva	Valor a receber		Ativa	Passiva	Valor a receber
Deutsche Bank	12/12/2013	59.090.000	237.525	(236.964)	561	59.090.000	374.455	(373.430)	1.025
		<b>59.090.000</b>	<b>237.525</b>	<b>(236.964)</b>	<b>561</b>	<b>59.090.000</b>	<b>374.455</b>	<b>(373.430)</b>	<b>1.025</b>

Os seus efeitos líquidos foram reconhecidos no resultado financeiro como ganho no montante de R\$307 em 2012 (ganho de R\$1.460 em 2011).

#### • Análise de sensibilidade swap cambial dólar x real

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2012 registrado no ativo no montante de R\$9.046. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do real paridade dólar.

- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,5326;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,0218;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/US\$ de 2,5544;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade de R\$/US\$ de 3,0653.

31/12/2012						
		Valor de referência (US\$ mil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
	Risco					
		2,0435	1,5326	1,0218	2,5544	3,0653
Sw ap cam bial líquido	Flutuação do dólar	66.557	(34.002)	(68.005)	34.002	68.005
Exposição cam bial moeda funcional R\$ (não incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do dólar	1.310.466	(669.484)	(1.338.969)	669.484	1.338.969
Exposição cam bial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do dólar	1.377.023	(703.486)	(1.406.974)	703.486	1.406.974

#### • Análise de sensibilidade swap cambial euro x dólar

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2012 registrado no passivo no montante de R\$2.441. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do real paridade euro.

- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade R\$/euro de 2,0216;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade R\$/euro de 1,3477;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/euro de 3,3693;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade R\$/euro de 4,0431.

31/12/2012						
	Risco	Valor de referência (EUR mil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		2,6954	2,0216	1,3477	3,3693	4,0431
Swap cambial líquido	Flutuação do euro	(90.000)	60.647	121.293	(60.647)	(121.293)
Exposição cambial moeda funcional R\$ (não incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do euro	43.960	(29.622)	(59.245)	29.622	59.245
Exposição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do euro	(46.040)	31.025	62.048	(31.025)	(62.048)

### • Análise sensibilidade *swap* dólar x euro

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2012 registrado no passivo no montante de R\$4.241. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do real paridade euro.

- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade euro/dólar de 0,9893;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade euro/dólar de 0,6595;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade euro/dólar de 1,6488;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade euro/dólar de 1,9785.

31/12/2012						
	Risco	Valor de referência (US\$ mil)	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		1,3190	0,9893	0,6595	1,6488	1,9785
Swap cambial líquido	Flutuação do dólar	44.392	(14.638)	(29.277)	14.638	29.277
Exposição cambial Moeda funcional EUR (não incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do dólar	(6.162)	2.032	4.064	(2.032)	(4.064)
Exposição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do dólar	38.230	(12.606)	(25.213)	12.606	25.213

### • Risco de taxa de juros

Passivos de curto e longo prazo, indexados à taxa de juros flutuantes e índices de inflação. Devido a essa exposição, a Companhia mantém derivativos para melhor administrar esses riscos.

### • Transações de *swap* de taxa de juros (Libor x CDI)

Têm por objetivo proteger suas obrigações indexadas a libor de dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swap* de suas obrigações indexadas a libor, nos quais recebe juros de 1,25% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 96% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). O valor de referência deste *swap*, em 31 de dezembro de 2012 é de US\$64.500 mil, protegendo uma operação de pré-pagamento de exportação de mesmo valor. Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar), Libor e do CDI. Trata-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituição financeira de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2012, a posição desses contratos é a seguinte:

		31/12/2012						31/12/2011			
		Nominal (US\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor justo (mercado) (R\$)			Nominal (US\$ mil)	Valorização (R\$)		Valor justo (mercado) (R\$)
Contrapartes	Vencimento da operação	2012	Posição ativa	Posição passiva	Valor a pagar	Vencimento da operação	2011	Posição ativa	Posição passiva	Valor a pagar	
CSFB	13/11/2012	64.500	109.540	(110.226)	(686)	13/02/2012	107.500	182.432	(184.556)	(2.124)	

A posição das operações em aberto foram registradas no passivo da Companhia no montante de R\$686 em 31 de dezembro de 2012 (R\$2.124 registrado no passivo em 31 de dezembro de 2011) e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro da Companhia como perda no montante de R\$9.166 em 2012, sendo que R\$8.480 refere-se a operações já liquidadas (perda de R\$20.594 em 2011).

• **Análise de sensibilidade do swap de taxa de juros (Libor x CDI)**

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2012 registrado no passivo o montante de R\$686. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade das taxas Libor (US\$) e CDI.

	31/12/2012					
	Nocional (US\$ mil)	Risco	25%	50%	25%	50%
Swap de taxa de juros libor x CDI	64.500	(Libor) US\$	(8.224)	(9.717)	8.224	9.717

• **Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros**

A Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% nas taxas de juros em seus empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2012 na data das demonstrações financeiras consolidadas.

Variações nas taxas de juros	% a.a	Impacto no resultado	
		31/12/2012	31/12/2011
TJLP	5,50	9.667	1.372
Libor	0,51	6.607	7.941
CDI	6,90	50.391	72.607

• **Riscos de preço de mercado de ações**

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos e classificados como disponíveis para venda. Os investimentos em ações são adquiridos de empresas de primeira linha negociados na BOVESPA.

A tabela abaixo demonstra a variação líquida de impostos, no valor de mercado de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda sobre o patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

	Consolidado	
	Outros resultados abrangentes	
	31/12/2012	31/12/2011
Variação líquida dos ativos disponíveis para venda	732.141	(767.015)

A Companhia considera como cenário provável os valores registrados a mercado em 31 de dezembro de 2012. A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2012. Desta maneira, não há impacto sobre os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda já apresentado acima. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade das ações.

- Cenário 1: (25% de valorização das ações);
- Cenário 2: (50% de valorização das ações);
- Cenário 3: (25% de desvalorização das ações);
- Cenário 4: (50% de desvalorização das ações);

Empresas	Impacto sobre o Patrimônio Líquido				
	Provável	25%	50%	25%	50%
Usiminas	730.812	200.536	401.072	(200.536)	(401.072)
Panatlântica	1.329	2.738	5.476	(2.738)	(5.476)
	<b>732.141</b>	<b>203.274</b>	<b>406.548</b>	<b>(203.274)</b>	<b>(406.548)</b>

## • Riscos de Crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado Brasileiro.

## • Gestão de Capital

A Companhia administra sua estrutura de capital com objetivo de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

## V – Depósitos em garantia

A Companhia possui depósitos em garantia no montante de R\$426.328 (R\$407.467 em 31 de dezembro de 2011); esse valor está aplicado no Deutsche e Credit Suisse para garantir os contratos de instrumentos financeiros derivativos, especificamente swap entre a CSN Islands VIII e CSN. Além desse valor, a Companhia possui através de sua controlada em conjunto MRS, o valor de R\$8.833 (R\$8.227 em 31 de dezembro de 2011) vinculados aos financiamentos do BNDES, sendo parte da garantia dessas operações.

## 14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O grupo de outras obrigações classificados no passivo circulante e não circulante possui a seguinte composição:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Passivos com partes relacionadas (Nota 18 b e c)	284.226	185.707	3.103.237	3.094.453	889.414	458.878	7.905.889	7.821.914
Perdas não realizadas com derivativos (Nota 13 I)	245.692	2.971		373.430	686	2.124		
Dividendos a pagar acionistas controladores (Nota 18 a)	155.537	622.164			155.537	622.164		
Dividendos a pagar não controladores	146.081	306.760			146.081	305.717		
Adiantamento Clientes	32.411	23.868			17.927	17.862		
Tributos parcelados (Nota 15)	167.282	313.201	1.085.079	1.922.283	139.731	292.699	917.602	1.774.533
Participação sobre lucro - empregados	12.467	131.755				117.806		
Outras obrigações	177.654	142.019	200.135	203.354	33.803	55.615	103.605	122.529
	<b>1.221.350</b>	<b>1.728.445</b>	<b>4.388.451</b>	<b>5.593.520</b>	<b>1.383.179</b>	<b>1.872.865</b>	<b>8.927.096</b>	<b>9.718.976</b>

## 15. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do Refis e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Refis Federal (a)	120.441	276.924	998.668	1.817.817	102.689	258.805	840.621	1.670.067
Demais Parcelamentos (b)	46.841	36.277	86.411	104.466	37.042	33.894	76.981	104.466
	<b>167.282</b>	<b>313.201</b>	<b>1.085.079</b>	<b>1.922.283</b>	<b>139.731</b>	<b>292.699</b>	<b>917.602</b>	<b>1.774.533</b>

### a) Programa de recuperação fiscal (Refis Federal)

Em 26 de novembro de 2009, as empresas do Grupo aderiram aos Programas de Recuperação Fiscal instituídos pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/09, visando regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. A adesão aos programas fiscais especiais reduziu o montante a pagar de multas, juros e encargos legais anteriormente devidos.



Em junho de 2011 as empresas do Grupo consolidaram os débitos inscritos no programa fiscal da Lei nº 11.941/09 na modalidade de 180 parcelas atualizados pela SELIC.

Em relação aos depósitos judiciais vinculados aos processos do Refis, a Companhia obteve parecer favorável da PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), permitindo que parte desse excesso fosse utilizado pela Companhia para quitar parcialmente o saldo remanescente do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, através de compensação, com os benefícios do pagamento à vista previstos naquela norma legal. Diante dessa orientação da PGFN e com respaldo em decisões judiciais, a Companhia promoveu a referida compensação. O saldo desse excesso de depósito, após as compensações, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$84.392 (R\$806.103 em 31 de dezembro de 2011), registrado na rubrica créditos junto à PGFN/RFB em outros ativos não circulantes. A compensação resultou em um ganho de receita financeira líquido de tributos (conforme a Lei 11.941/09) de R\$115.457 (vide nota 25).

#### b) Demais Parcelamentos (Ordinários e Outros)

As empresas do Grupo também possuem as modalidades de parcelamento Ordinário, INSS e outros.

### 16. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais
Fiscais	178.657	101.795	94.317	353.778
Previdenciárias e Trabalhistas	289.832	162.513	284.556	131.443
Cíveis	109.915	42.562	94.183	50.909
Ambientais	7.056		6.906	
Depósitos Caucionados		11.401		26.928
	<b>585.460</b>	<b>318.271</b>	<b>479.962</b>	<b>563.058</b>
<b>Obrigações legais questionadas judicialmente:</b>				
Fiscais				
Salário- educação	24.077	46.193	33.121	36.189
IR / plano verão	20.892	348.969	20.892	345.676
Outras provisões	97.157	19.233	104.488	9.788
	<b>142.126</b>	<b>414.395</b>	<b>158.501</b>	<b>391.653</b>
	<b>727.586</b>	<b>732.666</b>	<b>638.463</b>	<b>954.711</b>

	Controladora			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais
Fiscais	152.481	94.419	59.068	314.756
Previdenciárias e Trabalhistas	223.127	131.399	200.401	105.292
Cíveis	74.134	32.110	65.076	39.308
Ambientais	7.056		6.906	
Depósitos Caucionados		8.280		26.663
	<b>456.798</b>	<b>266.208</b>	<b>331.451</b>	<b>486.019</b>
<b>Obrigações legais questionadas judicialmente:</b>				
Fiscais				
Salário- educação	24.077	46.193	33.121	36.189
IR / plano verão	20.892	348.969	20.892	345.676
Outras provisões	97.157	19.233	102.965	9.788
	<b>142.126</b>	<b>414.395</b>	<b>156.978</b>	<b>391.653</b>
	<b>598.924</b>	<b>680.603</b>	<b>488.429</b>	<b>877.672</b>

A movimentação das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no período findo em 31 de dezembro de 2012 pode ser assim demonstrada:

Natureza	Consolidado					Consolidado	
	Circulante + Não Circulante					Circulante	
	31/12/2011	Adições	Atualização	Utilização	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Fiscal	252.818	127.842	5.613	(65.490)	320.783		220
Previdenciário	61.541	1.552	2.858	(22.093)	43.858		
Trabalhista	223.015	42.756	29.377	(49.174)	245.974	245.974	204.615
Cível	94.183	29.101	3.347	(16.716)	109.915	109.915	87.343
Ambiental	6.906		150		7.056		
	<b>638.463</b>	<b>201.251</b>	<b>41.345</b>	<b>(153.473)</b>	<b>727.586</b>	<b>355.889</b>	<b>292.178</b>

Natureza	Controladora					Controladora	
	Circulante + Não Circulante					Circulante	
	31/12/2011	Adições	Atualização	Utilização	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Fiscal	216.046	126.150	4.640	(52.229)	294.607		
Previdenciário	39.480	981	2.858	(31)	43.288		
Trabalhista	160.921	27.949	25.201	(34.232)	179.839	179.839	160.921
Cível	65.076	12.334	1.879	(5.155)	74.134	74.134	65.076
Ambiental	6.906		150		7.056		
	<b>488.429</b>	<b>167.414</b>	<b>34.728</b>	<b>(91.647)</b>	<b>598.924</b>	<b>253.973</b>	<b>225.997</b>

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

## **a) Ações fiscais**

### **I - Imposto de renda e Contribuição social**

**Plano Verão** - A CSN pleiteia o reconhecimento dos efeitos financeiro-fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido relativos ao expurgo inflacionário do IPC ocorrido em janeiro e fevereiro de 1989, de 51,87% ("Plano Verão").

Em 2004 o processo chegou ao fim tendo transitado em julgado a decisão que deferiu o direito de aplicação do índice de 42,72% (jan/89), devendo ser descontado deste índice os 12,15% já aplicados. Foi deferida também a aplicação do índice de 10,14% (fev/89). Atualmente o processo encontra-se em fase pericial.

Em 31 de dezembro de 2012 existe o montante de R\$348.969 (R\$345.676 em 31 de dezembro de 2011) depositado judicialmente, estando classificado em conta específica de depósitos judiciais no realizável a longo prazo e provisão de R\$20.892 (R\$20.892 em 31 de dezembro de 2011), que representa a parcela não reconhecida pelos tribunais.

### **II - Salário-educação**

A CSN discutiu a inconstitucionalidade do salário-educação e a possibilidade de recuperação das parcelas recolhidas no período de 05 de janeiro de 1989 a 16 de outubro de 1996, sendo que o processo foi julgado improcedente, tendo o TRF mantido a decisão desfavorável à CSN, decisão essa que transitou em julgado.

Ante o trânsito em julgado da decisão, a CSN tentou efetuar o pagamento do valor devido, sendo que o FNDE e o INSS não chegaram a um entendimento sobre quem deveria receber, bem como exigiam que dito valor fosse pago acrescido de multa, com o que a empresa não concordou.

Foram ajuizadas ações judiciais questionando os fatos acima com o depósito judicial dos valores envolvidos nos referidos processos. No primeiro processo, a sentença de 1º grau julgou parcialmente favorável o pedido, onde o Juiz afastou o valor da multa, mantendo, porém, a taxa SELIC, sendo apresentada, então Contrarrazões à Apelação do réu, e recorreu em relação à taxa SELIC.

O valor provisionado em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$24.077 (R\$33.121 em 31 de dezembro de 2011) e depositado judicialmente R\$46.193 (R\$36.189 em 31 de dezembro de 2011).

### **III - Outros**

A CSN possui, ainda, provisões para processos relativos ao INSS, FGTS LC 110, PIS Lei nº 10.637/02 e PIS/COFINS - Zona Franca de Manaus, cujo montante em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$97.157 (R\$102.965 em 31 de dezembro de 2011), o qual inclui acréscimos legais.

## **b) Ações trabalhistas**

O Grupo figura como ré, em 31 de dezembro de 2012 em 12.080 reclamações trabalhistas, sendo provisionado o montante de R\$245.974 (R\$223.015 em 31 de dezembro de 2011). Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, diferença da multa de 40% sobre o FGTS referente ao período anterior à aposentadoria e em decorrência de planos econômicos do governo federal, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposta doença ocupacional ou acidente do trabalho e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2001 a 2003.

## **c) Ações cíveis**

Dentre os processos judiciais cíveis em que figuram como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais do Grupo, ações imobiliárias, plano de saúde e ressarcimento de

---

honorários gastos na Justiça do Trabalho. Para processos envolvendo as matérias cíveis, foi provisionado o montante de R\$109.915 em 31 de dezembro de 2012 (R\$102.486 em 31 de dezembro de 2011).

#### **d) Outros**

##### **▪ Concorrencial**

Em 14 de junho de 2010, o Tribunal Regional Federal de Brasília julgou improcedente a ação anulatória promovida pela CSN contra o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que visava a anular a autuação imposta por suposta prática das infrações previstas nos artigos 20 e 21, inciso I, da Lei 8.884/1984. Contra essa decisão foram apresentados os competentes recursos, os quais tiveram provimento negado ensejando a oposição de recursos constitucionais os quais se encontram pendentes de julgamento. A cobrança da multa no valor de R\$65.292 está suspensa por decisão do Tribunal, que deferiu efeito suspensivo cautelar a partir da garantia do débito por carta fiança ofertada pela CSN. Esta ação está classificada como risco de perda possível.

##### **▪ Ambiental**

Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a companhia figura como ré, encontram-se, principalmente, procedimentos administrativos visando à constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, consistente em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos danos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia. Os processos envolvendo a matéria ambiental montam saldo de R\$7.056 (R\$6.906 em 31 de dezembro de 2011).

Em julho de 2012 a Companhia recebeu a citação no processo judicial movido pelo Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, referente ao Bairro Volta Grande IV do Município de Volta Redonda-RJ, no qual é pleiteado, entre outros pedidos, as remoções de duas células de resíduos industriais e de 750 (setecentas e cinquenta) residências. Este processo está classificado com grau de risco provável, mas não há um valor estimado para ditos pleitos, ante a iliquidez dos respectivos pedidos.

Como desdobramento do processo mencionado no parágrafo acima, após agosto de 2012 a Companhia recebeu citações em alguns processos individuais movidos por moradores do Bairro Volta Grande IV, os quais pleiteiam o pagamento de danos materiais e morais, cujos valores são ilíquidos no momento, estando dito processo classificado com grau de risco possível.

##### **▪ Outros Processos Administrativos e Judiciais**

O Grupo defende-se em outros processos administrativos e judiciais (fiscais, previdenciários, trabalhistas, cíveis e ambientais), no montante aproximado de R\$14.632.211, sendo R\$1.137.412 de processos trabalhistas e previdenciários, R\$615.291 de cíveis e R\$30.033 de ambientais. As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Quanto aos processos fiscais, estes representam o montante de R\$12.849.475 distribuídos conforme demonstrado abaixo:

- a) R\$1.968.138 referente a autos de infração lavrados contra a Companhia e sua controlada em conjunto Namisa por supostamente deixar de tributar para fins de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os lucros apurados nos balanços de suas controladas no exterior. Em face das recentes alterações na jurisprudência administrativa e judicial, nossos advogados externos classificam as chances de perda como possíveis.
  - b) R\$ 6.079.359 referentes ao auto de infração lavrado em face da Companhia por ter supostamente realizado a venda de 40% das ações da sua controlada NAMISA para um consórcio de investidores nipo-coreanos, deixando assim de apurar e submeter à tributação o ganho de capital decorrente dessa operação. Tendo em vista os
-

fundamentos que demonstram a não ocorrência dessa venda, nossos advogados externos classificam as chances de perda da Companhia como possíveis.

- c) R\$ 1.047.950 referentes ao auto de infração lavrado contra a NAMISA, concomitantemente ao auto de infração descrito no item “b” acima, por ter aproveitado, de maneira supostamente indevida, nos anos de 2009 a 2011, o ágio decorrente do investimento realizado pelo consórcio nipo-coreano na controladora direta da NAMISA, a qual veio a ser incorporada por esta. Face aos fundamentos que demonstram a legitimidade do aproveitamento do ágio e em razão da atual jurisprudência administrativa, nossos advogados externos classificam as chances de perda da NAMISA como possíveis.
- d) R\$3.754.028 referente a outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais) e previdenciários.

## **17. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO**

### **a) Passivos Ambientais**

Em 31 de dezembro de 2012 é mantida provisão no montante de R\$386.114 (R\$312.612 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado e R\$383.405 (R\$306.079 em 31 de dezembro de 2011) na controladora para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas em estabelecimentos nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando estudos de recuperação das áreas degradadas e em processo de exploração. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

A taxa de juros de longo prazo utilizada para desconto a valor presente da provisão para 31 de dezembro de 2012 foi de 11,00%. O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base o índice de inflação (IGPM) do período, em referência.

### **b) Desativação de Ativos**

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento da atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O passivo registrado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$27.326 (R\$24.327 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado e R\$17.082 (R\$15.148 em 31 de dezembro de 2011 na controladora.

## 18. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

### a) Transações com Controladores

A Vicunha Siderurgia S.A. é uma Holding que tem por finalidade participar em outras sociedades sendo a principal acionista da Companhia detendo 47,86% de participação no capital votante.

A Rio Iaco Participações S.A. detém participação de 3,99% na CSN.

#### • Passivo

Empresas	Propostos	Pagos	
	Dividendos	Dividendos	Juros sobre Capital Próprio
Vicunha Siderurgia	143.563	574.267	
Rio Iaco	11.974	47.897	
<b>Total em 31/12/2012</b>	<b>155.537</b>	<b>622.164</b>	
<b>Total em 31/12/2011</b>	<b>622.164</b>	<b>777.706</b>	<b>184.987</b>

A estrutura societária da Vicunha Siderurgia é a seguinte (informações não auditadas):

Vicunha Aços S.A. – detém participação de 99,99% na Vicunha Siderurgia S.A.

Vicunha Steel S.A. – detém participação de 66,96% na Vicunha Aços S.A.

National Steel S.A. – detém participação de 33,04% na Vicunha Aços S.A.

CFL Participações S.A. – detém participação de 40% na National Steel S.A e 40% na Vicunha Steel S.A.

Rio Purus Participações S.A. – detém participação de 60% na National Steel S.A. 59,99% na Vicunha Steel S.A. e 99,99% na Rio Iaco Participações S.A.

### b) Transações com controladas, controladas em conjunto, coligadas e fundos exclusivos

#### • Ativo

				Consolidado
Empresas	Contas a receber	Empréstimos / Pré-pagamento <sup>(1)</sup>	Outros	Total
Controladas em Conjunto				
Nacional Minérios S.A.	72.929	125.938	2.908	201.775
MRS Logística S.A.	58			58
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura			4.476	4.476
CGPAR - Construção Pesada S.A.			13.854	13.854
Coligadas				
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.		5.063		5.063
Total em 31/12/2012	72.987	131.001	21.238	225.226
Total em 31/12/2011	31.741	117.086		148.827

(1) Nacional Minérios S.A – Refere-se a operações de Pré-Pagamento com as controladas indiretas CSN Europe, CSN Portugal e CSN Ibéria. Contrato em US\$: juros de 5,37% a.a. a 6,8% a.a. com vencimento final em junho de 2015. Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos totalizam R\$125.938 (R\$117.086 em 31 de dezembro de 2011) sendo R\$58 classificados no curto prazo (R\$1.537 em 31 de dezembro de 2011) e R\$125.880 classificados no longo prazo (R\$115.549 em 31 de dezembro de 2011).

Controladora							
Empresas	Contas a receber (*)	Empréstimos <sup>(1)</sup>	Dividendos a receber	Adiantamento para futuro aumento de capital	Aplicações financeiras / Investimentos <sup>(2)</sup>	Instrumentos Financeiros Derivativos <sup>(3)</sup>	Total
<b>Controladas</b>							
CSN Islands VIII Corp.						237.525	237.525
Sepetiba Tecon S.A.	287		16.701				16.988
Mineração Nacional S.A.			95				95
Florestal Nacional S.A.		181.595		26			181.621
Estanho de Rondônia S.A.			4.688	850			5.538
Cia Metalic Nordeste	2.738			220			2.958
Companhia Metalúrgica Prada	193.198			12.500			205.698
CSN Cimentos S.A.	5.610						5.610
Transnordestina Logística S.A.		210.966		121.262			332.228
CSN Europe Lda.	10.028						10.028
CSN Portugal, Unipessoal Lda.	22.266						22.266
CSN Handel GmbH	75.718						75.718
Companhia Brasileira de Latas	15.879					64.416	80.295
	<b>325.724</b>	<b>392.561</b>	<b>21.484</b>	<b>134.858</b>		<b>237.525</b>	<b>1.176.568</b>
<b>Controladas em Conjunto</b>							
Nacional Minérios S.A.	182.322		926.949			7.269	1.116.540
Itá Energética S.A.			7.750				7.750
MRS Logística S.A.	87		28.920				29.007
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura						8.952	8.952
CGPAR - Construção Pesada S.A.			870			27.708	28.578
	<b>182.409</b>		<b>964.489</b>			<b>43.929</b>	<b>1.190.827</b>
<b>Coligadas</b>							
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.		5.063					5.063
<b>Fundos Exclusivos</b>							
Diplic, Mugen e Vértice					1.008.151		1.008.151
<b>Total em 31/12/2012</b>	<b>508.133</b>	<b>397.624</b>	<b>985.973</b>	<b>134.858</b>	<b>1.008.151</b>	<b>237.525</b>	<b>3.380.609</b>
<b>Total em 31/12/2011</b>	<b>2.065.167</b>	<b>239.885</b>	<b>676.242</b>	<b>49.206</b>	<b>2.092.089</b>	<b>374.455</b>	<b>5.497.044</b>

(\*) O contas a receber são decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços entre a controladora, controladas e controladas em conjunto.

(2) Florestal Nacional S.A – Contratos em R\$: Juros de 100,5% e 101,5% CDI com vencimento final para maio de 2018. Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos totalizam R\$181.595 (R\$162.180 em 31 de dezembro de 2011) sendo R\$36.877 classificados no curto prazo e R\$144.718 classificados no longo prazo.

Transnordestina Logística S. A. – Contratos em R\$: Juros de 101,5% a 102,5% CDI com vencimento final para janeiro 2015. Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos totalizam R\$210.966 (R\$53.440 em 31 de dezembro de 2011) sendo R\$47.457 classificados no curto prazo e R\$163.509 classificados no longo prazo.

Arvedi Metalfer do Brasil S. A. – Contrato em Euro: Juros de 3,8%a.a. com vencimento para junho de 2013, classificado no curto prazo.

(3) As aplicações financeiras totalizam R\$874.395 em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.954.319 em 31 de dezembro de 2011) e os investimentos em ações da Usiminas classificados como disponíveis para venda, totalizam R\$133.756 (R\$137.770 em 31 de dezembro de 2011).

(4) Contrato de instrumentos financeiros, especificamente Swap entre CSN e CSN Islands VIII.

(5) Companhia Brasileira de Latas - Contas a receber de R\$80.295 (R\$45.550 em 31 de dezembro de 2011) sendo R\$15.879 classificado no contas a receber curto prazo e R\$64.416 classificado no longo prazo. Referem-se às transações comerciais e financeiras que totalizam R\$327.114, sendo que foram provisionados R\$246.819 referente às operações do período que antecederam a aquisição, o qual é revertido apenas por ocasião do recebimento.

CBSI - Companhia Brasileira de Serviços de Infraestrutura – Adiantamento no valor de R\$8.952 classificado no curto prazo.

CGPAR – Construção Pesada S.A. – Adiantamento no valor de R\$27.708 sendo R\$9.236 classificado no curto prazo e R\$18.472 classificado no longo prazo.



Nacional Minérios S.A. – Outros valores a receber no valor de R\$7.269 sendo R\$6.739 classificado no curto prazo e R\$530 classificado no curto prazo.

• **Passivo**

					Consolidado
Empresas	Outras Obrigações		Em préstimos <sup>(1)</sup>	Fornecedores	Total
	Contas a pagar	Adiantamento de Clientes <sup>(4)</sup>			
Controladas em Conjunto					
Nacional Minérios S.A.	5.728	3.374.528	28.603		3.408.859
MRS Logística S.A.	6.988			72	7.060
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura				3.796	3.796
CGPAR - Construção Pesada S.A.				2.454	2.454
Total em 31/12/2012	12.716	3.374.528	28.603	6.322	3.422.169
Total em 31/12/2011	8.966	3.270.663	25.567	7.085	3.312.281

(1) Nacional Minérios S.A – Refere-se a empréstimo entre controladas indiretas Namisa Europe, Unipessoal Lda e CSN Europe Lda. Contrato em US\$: juros de 5,37% a.a. com vencimento final em junho de 2015. Em 31 de dezembro de 2012, o empréstimos totaliza R\$28.603 (R\$25.567 em 31 de dezembro de 2011).

						Controladora	
Empresas	Empréstimos e financiamentos			Outras obrigações		Fornecedores	Total
	Pré- pagamento <sup>(1)</sup>	Fixed Rate Notes e Intercompany Bonds <sup>(2)</sup>	Empréstimos Intercompany <sup>(3)</sup>	Contas a pagar	Adiantamento de clientes <sup>(4)</sup>		
Controladas							
CSN Islands VIII Corp.		1.405.574					1.405.574
Estanho Rondônia S.A.						10.514	10.514
Companhia Metalúrgica Prada				196		15.805	16.001
CSN Cimentos S.A.				333.778		132	333.910
Congonhas Minérios S.A.			1.379.719				1.379.719
CSN Europe Lda.			67.003				67.003
CSN Ibéria Lda.			50.303				50.303
CSN Portugal, Unipessoal Lda.	209.852						209.852
CSN Resources S.A.	2.129.924	2.139.766	608.323				4.878.013
Outros(*)						304	304
	2.339.776	3.545.340	2.105.348	333.974		26.755	8.351.193
Controladas em Conjunto							
Nacional Minérios S.A.				14.320	8.436.319		8.450.639
MRS Logística S.A.				10.471		110	10.581
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura						7.591	7.591
CGPAR - Construção Pesada S.A.						4.908	4.908
				24.791	8.436.319	12.609	8.473.719
Total em 31/12/2012	2.339.776	3.545.340	2.105.348	358.765	8.436.319	39.364	16.824.912
Total em 31/12/2011	2.244.927	3.404.701	2.009.441	113.968	8.176.658	18.152	15.967.847

- (1) Contratos em US\$ - CSN Portugal: juros de 6,15% a.a. com vencimento em maio de 2015.  
 Contratos em US\$ - CSN Resources: juros de 4,07% a.a. com vencimento para agosto de 2022.
- (2) Contratos em YEN - CSN Islands VIII: Juros de 5,65% a.a. com vencimento em dezembro de 2013.  
 Contratos em US\$ - CSN Resources: Juros de 4,14% a.a. com vencimento em julho de 2015.  
 Contratos em US\$ - CSN Resources: *Intercompany bonds* juros de 9,125% a.a. com vencimento em junho de 2047.
- (3) Contratos em US\$ - CSN Europe: Libor semestral + 2,25% a.a. com vencimento em dezembro de 2013.  
 Contratos em US\$ - CSN Resources: 2,01% e 2,50% a.a. com vencimento final em fevereiro de 2014.  
 Contrato em US\$ - CSN Ibéria: *Libor* semestral + 3% a.a. com vencimento indeterminado.  
 Contratos em R\$ - Congonhas Minérios: 110,79% do CDI a.a. com vencimento final em maio de 2018.

- (4) Nacional Minérios S.A. - O adiantamento de clientes recebido da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. refere-se a obrigação contratual de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários. O contrato tem taxa de juros de 12,5% a.a. e vencimento previsto para setembro de 2042.

MRS Logística: Em outras contas a pagar registramos o montante provisionado para cobrir despesas contratuais de *block rates* e gatilho de combustível relativo ao contrato de transporte ferroviário.

(\*) Outros: Cia. Metalic Nordeste, Sepetiba Tecon e Companhia Brasileira de Latas.

## • Resultado

As principais operações da CSN com as controladas e controladas em conjunto são as operações de venda e compras de produtos e serviços, que incluem o fornecimento de minério de ferro, aço, prestação de serviços portuários, transportes ferroviários, assim como fornecimento de energia elétrica para as operações.

Empresas	Consolidado					
	Receitas			Despesas		
	Vendas	Juros	Total	Compras	Juros	Total
<b>Controladas em Conjunto</b>						
Nacional Minérios S.A.	563.203	19.385	582.588	6.531	397.991	404.522
MRS Logística S.A.				252.365		252.365
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura				33.721		33.721
CGPAR - Construção Pesada S.A.				7.972		7.972
<b>Coligadas</b>						
Arvedi Metalfer do Brasil S.A.		87	87			
<b>Total em 31/12/2012</b>	<b>563.203</b>	<b>19.472</b>	<b>582.675</b>	<b>300.589</b>	<b>397.991</b>	<b>698.580</b>
<b>Total em 31/12/2011</b>	<b>378.020</b>	<b>29.300</b>	<b>407.320</b>	<b>314.108</b>	<b>389.059</b>	<b>703.167</b>

**Controladora**

Empresas	Receitas				Despesas			
	Vendas	Juros	Variações Cambiais	Total	Compras	Juros	Variações Cambiais	Total
<b>Controladas</b>								
CSN Islands V III Corp.						86.047	125.945	211.992
International Investment Fund		62		62			1.771	1.771
CSN Export Europe, S.L.			38.315	38.315				
CSN Steel S.L.U.			165.822	165.822				
Sepetiba Tecon S.A.	4.177			4.177	4.656			4.656
Florestal Nacional S.A.		14.301		14.301				
Estanho de Rondônia S.A.					38.350			38.350
Cia Metalic Nordeste	41.683			41.683	908			908
Companhia Metalúrgica Prada	1.110.307			1.110.307	51.719			51.719
CSN Cimentos S.A.	126.949			126.949	26.219	28.447		54.666
Congonhas Minérios S.A.						117.643		117.643
CSN Energia S.A.					245.050			245.050
Transnordestina Logística S.A.	321	8.287		8.608				
CSN Europe Lda.			24.587	24.587		100		100
CSN Ibéria Lda.	12.083		18	12.101		1.351		1.351
CSN Portugal, Unipessoal Lda.	54.514			54.514		14.613	40.272	54.885
Lusosider Aços Planos, S.A.			2.486	2.486				
CSN Resources S.A.						245.484	401.351	646.835
CSN Handel GmbH	897.671		31.094	928.765				
Companhia Brasileira de Latas	94.281			94.281	2.733			2.733
	<b>2.341.986</b>	<b>22.650</b>	<b>262.322</b>	<b>2.626.958</b>	<b>369.635</b>	<b>493.685</b>	<b>569.339</b>	<b>1.432.659</b>
<b>Controladas em Conjunto</b>								
Nacional Minérios S.A.	1.408.009	48.461		1.456.470	16.327	994.978		1.011.305
MRS Logística S.A.					378.185			378.185
CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura					67.442			67.442
CGPAR - Construção Pesada S.A.					15.944			15.944
	<b>1.408.009</b>	<b>48.461</b>		<b>1.456.470</b>	<b>477.898</b>	<b>994.978</b>		<b>1.472.876</b>
<b>Coligadas</b>								
Arvedi Metalferr do Brasil S.A.		87		87				
<b>Fundos Exclusivos</b>								
Diplic, Mugen e Vértice		72.746		72.746				
<b>Total em 31/12/2012</b>	<b>3.749.995</b>	<b>143.944</b>	<b>262.322</b>	<b>4.156.261</b>	<b>847.533</b>	<b>1.488.663</b>	<b>569.339</b>	<b>2.905.535</b>
<b>Total em 31/12/2011</b>	<b>3.791.250</b>	<b>62.327</b>	<b>117.779</b>	<b>3.971.356</b>	<b>723.790</b>	<b>1.403.082</b>	<b>610.135</b>	<b>2.737.007</b>

**c) Outras partes relacionadas não consolidadas**
**• CBS Previdência**

A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme nota 28.

**• Fundação CSN**

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

**• Banco Fibra**

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

### • Ibis Participações e Serviços

A empresa Ibis Participações e Serviços está sob controle de membro da administração da Companhia.

### • Companhia de Gás do Ceará

Distribuidora de gás natural está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia.

Os saldos das transações entre a Companhia e essas entidades estão demonstrados a seguir:

### I) Ativo e Passivo

Empresas	Ativo				Passivo		
	Contas a receber	Empréstimos <sup>(1)</sup> / Bancos	Ativo Atuarial	Total	Contas a Pagar	Passivo Atuarial	Total
CBS Previdência (Nota 28)			93.546	93.546	26	17.939	17.965
Fundação CSN	1.828	903		2.731	88		88
Banco Fibra		72		72			
Usiminas	10.802			10.802	52		52
Panatlântica	31.981			31.981			
Companhia de Gás do Ceará					53		53
<b>Total em 31/12/2012</b>	<b>44.611</b>	<b>975</b>	<b>93.546</b>	<b>139.132</b>	<b>219</b>	<b>17.939</b>	<b>18.158</b>
<b>Total em 31/12/2011</b>	<b>54.871</b>	<b>72</b>		<b>54.943</b>	<b>531</b>	<b>11.673</b>	<b>12.204</b>

- (1) Fundação CSN – Contrato em R\$: Juros de 102% CDI com vencimento final para junho 2016. Em 31 de dezembro de 2012, os empréstimos totalizam R\$903 sendo R\$154 classificados no curto prazo e R\$749 classificados no longo prazo.

### II) Resultado

Empresas	Receitas				Despesas		
	Vendas	Juros	Receita com Fundo de Pensão	Total	Despesa com Fundo de Pensão	Compras / Outras despesas	Total
CBS Previdência			36.355	36.355	11.618		11.618
Fundação CSN		3		3		2.048	2.048
Usiminas	79.571			79.571		1.692	1.692
Panatlântica	377.646			377.646			
Ibis Participações e Serviços						7.255	7.255
Companhia de Gás do Ceará						2.187	2.187
<b>Total em 31/12/2012</b>	<b>457.217</b>	<b>3</b>	<b>36.355</b>	<b>493.575</b>	<b>11.618</b>	<b>13.182</b>	<b>24.800</b>
<b>Total em 31/12/2011</b>	<b>575.167</b>			<b>575.167</b>	<b>51.595</b>		<b>51.595</b>

#### d) Pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo, informações sobre remuneração e saldos existentes em 31 de dezembro de 2012.

	31/12/2012	31/12/2011
	Resultado	
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	30.539	28.226
Benefícios pós-emprego	115	91
Outros benefícios de longo prazo	n/a	n/a
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a
	<b>30.654</b>	<b>28.317</b>

n/a – Não aplicável

#### e) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

Em 11 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração decidiu adotar uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na distribuição de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

### 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### i. Capital social integralizado

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$4.540.000 (R\$1.680.947 em 31 de dezembro de 2011) dividido em 1.457.970.108 (1.457.970.108 em 31 de dezembro de 2011) ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

#### ii. Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2012 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 de ações, por decisão do Conselho de Administração.

#### iii. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

#### iv. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía ações em tesouraria.

#### v. Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2012, a composição acionária era a seguinte:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações
Vicunha Siderurgia S.A.	697.719.990	47,86%	697.719.990	47,86%
Rio Iaco Participações S.A. (*)	58.193.503	3,99%	58.193.503	3,99%
Caixa Beneficente dos Empregados da CSN - CBS	12.788.231	0,88%	12.788.231	0,88%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	27.509.316	1,89%	31.773.516	2,18%
JP Morgan Chase Bank - ADRs	342.997.950	23,53%	373.772.695	25,64%
BOVESPA	318.761.118	21,85%	283.722.173	19,45%
	<b>1.457.970.108</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.457.970.108</b>	<b>100,00%</b>

(\*) A Rio Iaco Participação S. A. é uma empresa do grupo controlador.

## 20. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	31/12/2012
<b>(Prejuízo) do exercício</b>	(420.113)
Reversão de Reserva de investimentos	776.549
Reversão de Reserva Estatutária de Capital de Giro	503.564
<b>Lucro Líquido para destinação</b>	<b>860.000</b>
<b>Destinação Proposta:</b>	
Dividendos deliberados	300.000
Juros sobre o Capital próprio propostos	560.000
<b>Total de dividendos e JCP</b>	<b>860.000</b>
Média ponderada da quantidade de ações	1.457.970
Dividendos e juros sobre capital próprio por ação	(0,58986)

## 21. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em 26 de março de 2013, o Conselho de Administração aprovou pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$560.000.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio tem como base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP sobre o patrimônio líquido, limitado a 50% do lucro do período antes do imposto de renda ou 50% dos lucros acumulados e das reservas de lucros, podendo ser utilizado o maior entre os dois limites, conforme legislação vigente.

## 22. RECEITA LÍQUIDA VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Receita Bruta</b>				
Mercado interno	13.784.307	13.366.345	12.669.583	12.023.499
Mercado externo	6.444.540	6.417.397	997.509	1.641.386
	<b>20.228.847</b>	<b>19.783.742</b>	<b>13.667.092</b>	<b>13.664.885</b>
<b>Deduções</b>				
Vendas canceladas e abatimentos	(345.914)	(257.888)	(318.287)	(268.599)
Impostos incidentes sobre vendas	(2.986.669)	(3.006.270)	(2.708.188)	(2.641.699)
	<b>(3.332.583)</b>	<b>(3.264.158)</b>	<b>(3.026.475)</b>	<b>(2.910.298)</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>16.896.264</b>	<b>16.519.584</b>	<b>10.640.617</b>	<b>10.754.587</b>

## 23. DESPESAS POR NATUREZA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Matérias Primas e Insumos	(4.941.134)	(3.927.105)	(3.331.619)	(3.143.659)
Mão de obra	(1.582.481)	(1.647.545)	(1.045.144)	(1.175.479)
Suprimentos	(1.107.955)	(1.084.440)	(883.820)	(856.086)
Manutenção (serviços e materiais)	(1.219.385)	(969.376)	(1.036.762)	(778.450)
Serviços de Terceiros	(2.975.992)	(1.981.025)	(1.202.068)	(1.103.306)
Depreciação, Amortização e Exaustão (Nota 10 b)	(1.215.854)	(929.368)	(906.957)	(742.883)
Outros (*)	(537.444)	(441.678)	(286.374)	(149.023)
	<b>(13.580.245)</b>	<b>(10.980.537)</b>	<b>(8.692.744)</b>	<b>(7.948.886)</b>
<b>Classificados como:</b>				
Custo dos produtos vendidos (Nota 26)	(12.072.206)	(9.800.844)	(8.039.597)	(7.257.670)
Despesas com vendas (Nota 26)	(931.525)	(604.108)	(320.722)	(335.302)
Despesas gerais e administrativas (Nota 26)	(576.514)	(575.585)	(332.425)	(355.914)
	<b>(13.580.245)</b>	<b>(10.980.537)</b>	<b>(8.692.744)</b>	<b>(7.948.886)</b>

(\*) Incluso aumento e/ou redução em produtos acabados e em elaboração e despesas diversas do grupo de despesas administrativas da planta(DAP).



## 24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Venda ações Riversdale (Nota 9)		698.164		
Alienação de títulos				116.336
Reversão Passivo Atuarial /Provisão Ativo Atuarial	43.749		43.049	
Reversão de provisões	1.953	3.091	36.033	
Dividendos recebidos terceiros	301	14.199		2.790
Outras receitas		3.723		13.894
	<b>46.003</b>	<b>719.177</b>	<b>79.082</b>	<b>133.020</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Impostos e taxas	(94.846)	(37.499)	(14.939)	(7.881)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09		(16.119)		(16.119)
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais líquidas das reversões	(280.113)	(75.823)	(261.249)	(61.612)
Multas contratuais e indedutíveis	(61.396)	(45.537)	(70.624)	(54.837)
Depreciação de equipamentos paralisados	(14.797)	(33.674)	(13.590)	(31.251)
Valor residual de bens permanentes baixados	(5.246)	(62.917)	(3.617)	(5.367)
Perdas estimadas em estoques	(16.082)	(22.203)	(12.530)	(17.318)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(61.053)	(42.050)	(56.523)	(42.021)
Despesa plano de pensão	(5.256)	(62.313)	(5.218)	(58.044)
Despesa plano de saúde (Nota 28 e)	(51.234)	(42.306)	(51.203)	(42.318)
Ajuste de perda pelo valor recuperável		(60.861)		
Impairment ativos disponíveis para venda (Nota 13 II)	(2.022.793)		(1.245.024)	
Amortização alocação preço de compra - combinação de negócios	(60.745)			
Outras despesas	(45.812)		(32.759)	
	<b>(2.719.373)</b>	<b>(501.302)</b>	<b>(1.767.276)</b>	<b>(336.768)</b>
<b>Outras receitas e (despesas) operacionais</b>	<b>(2.673.370)</b>	<b>217.875</b>	<b>(1.688.194)</b>	<b>(203.748)</b>

## 25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Receitas financeiras</b>				
Partes relacionadas (Nota 18 b e c)	19.475	29.300	143.947	62.327
Rendimentos sobre aplicações financeiras	237.865	538.882	10.187	79.997
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09, líquidos	115.457		115.457	
Outros rendimentos	43.984	149.268	17.936	113.114
	<b>416.781</b>	<b>717.450</b>	<b>287.527</b>	<b>255.438</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(709.688)	(639.197)	(75.199)	(91.840)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(1.550.942)	(1.622.365)	(1.187.544)	(1.225.789)
Partes relacionadas (Nota 18 b)	(397.991)	(389.059)	(1.488.663)	(1.403.082)
Juros Capitalizados (Notas 10 e 32)	409.498	353.156	276.596	248.012
Perdas com derivativos (*)	(9.166)	(20.594)	(9.166)	(20.594)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09, líquidos		(77.335)		(77.335)
Juros, multas e moras fiscais	(158.936)	(264.359)	(149.351)	(255.831)
Outras despesas financeiras	(177.715)	(224.168)	(145.501)	(167.959)
	<b>(2.594.940)</b>	<b>(2.883.921)</b>	<b>(2.778.828)</b>	<b>(2.994.418)</b>
<b>Variações monetárias e cambiais líquidas</b>				
Variações monetárias	(144.446)	(37.451)	(89.438)	(10.258)
Variações cambiais	326.009	286.074	(452.665)	(784.286)
Variações cambiais com derivativos (*)	4.191	(87.955)		
	<b>185.754</b>	<b>160.668</b>	<b>(542.103)</b>	<b>(794.544)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(1.992.405)</b>	<b>(2.005.803)</b>	<b>(3.033.404)</b>	<b>(3.533.524)</b>
<b>(*) Demonstração dos resultados das operações com derivativos</b>				
Sw ap dólar x real	17.065	(115.490)		
Sw ap euro x dólar	(5.116)	9.574		
Sw ap dólar x euro	(8.065)	16.501		
Sw ap iene x dólar	307	1.460		
	<b>4.191</b>	<b>(87.955)</b>		
Sw ap Libor x CDI	(9.166)	(20.594)	(9.166)	(20.594)
	<b>(9.166)</b>	<b>(20.594)</b>	<b>(9.166)</b>	<b>(20.594)</b>
	<b>(4.975)</b>	<b>(108.549)</b>	<b>(9.166)</b>	<b>(20.594)</b>

## 26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura do Grupo, os negócios estão distribuídos e gerenciados em cinco segmentos operacionais conforme a seguir:

- Siderurgia**

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do País, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, também produz folhas metálicas, além de aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, oferecendo aços laminados a frio e galvanizados. Em janeiro de 2012, a CSN adquiriu a Stahlwerk Thüringen (SWT), uma produtora de aços longos localizada em Unterwellenborn, Alemanha. A SWT é especializada na produção de perfis usado para a construção civil e com capacidade instalada de produção de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano.

Para 2013, está previsto o início da produção de aços longos. Com uma produção inicial de 500 mil toneladas consolidará o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

- **Mineração**

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho. As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero em MG, a mina de Casa de Pedra, em Congonhas – MG que produz minério de ferro de alta qualidade, assim como a controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. (Namisa), que possui minas próprias também de excelente qualidade e que ainda comercializa minério de ferro de terceiros. Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A. (ERSA), empresa com unidades de mineração e fundição de estanho.

A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

- **Logística**

- i. Ferroviária**

A CSN tem participação em duas companhias ferroviárias: a MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. e a Transnordestina Logística S. A., que opera a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

- a) MRS**

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais no sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de suas minas da Casa de Pedra em Minas Gerais e coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda e os produtos destinados a exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro. Seus volumes de transporte representam aproximadamente 28% do volume total do sistema ferroviário do sudeste do Brasil.

- b) Transnordestina Logística**

Juntos, a CSN e o Governo Federal estão investindo na implantação do Projeto Transnordestina para construção de cerca de 1.728 km de novas linhas. As obras incluem ainda a complementação e renovação de parte da infraestrutura (ou linhas) da concessão da Transnordestina Logística que será ampliada dos cerca de 2.600 km em operação atualmente, para aproximadamente 4.300 km operacionais.

A Transnordestina Logística S.A. possui uma concessão de 30 anos concedida em 1998 para operar o sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

O projeto aumentará a capacidade de transporte da Transnordestina Logística em 20 vezes, igualando-a ao patamar das ferrovias mais modernas do mundo.

---

Com a nova configuração a Transnordestina se tornará a melhor opção logística para exportação de grãos através dos portos de Pecém e Suape, bem como de outros granéis sólidos como minério de ferro da Região Nordeste, tendo papel importante no desenvolvimento da região.

## **ii. Portuária**

O segmento de Logística portuária consolida a Operação do terminal construído no período pós-privatização dos portos, o Sepetiba Tecon. O terminal de Sepetiba conta com infra-estrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com excelente profundidade de 14,5 metros nos berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país, atualmente com capacidade de movimentação anual de 480 mil contêineres anuais e 30 milhões de toneladas de granéis.

### **• Energia**

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua auto-suficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de co-geração termoeletrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999. A Central Termoeletrica utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica. Por meio desses três ativos de geração de energia, a CSN obtém 430 MW.

### **• Cimento**

O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento a qual utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Durante 2011, o clínquer utilizado na fabricação do cimento foi adquirido de terceiros, porém, ao final de 2011, com a conclusão da primeira etapa da fábrica de Clínquer em Arcos (MG), esta já supria as necessidades da moagem da CSN Cimentos localizada em Volta Redonda.

As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

### **• Vendas por área geográfica**

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

---

	31/12/2012							
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovieária				
Resultado								
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	5.828.718	20.181.321				1.972.020		
Receitas								
Mercado interno	8.478.244	713.445	151.514	1.066.756	228.667	387.672	(530.657)	10.495.641
Mercado externo	2.324.038	3.772.104					304.481	6.400.623
	10.802.282	4.485.549	151.514	1.066.756	228.667	387.672	(226.176)	16.896.264
Custo produtos e serviços vendidos (Nota 23)	(8.867.820)	(2.449.839)	(82.585)	(729.684)	(153.031)	(286.316)	497.069	(12.072.206)
Lucro Bruto	1.934.462	2.035.710	68.929	337.072	75.636	101.356	270.893	4.824.058
Despesas vendas e administrativas (Nota 23)	(616.976)	(59.404)	(20.482)	(95.246)	(21.792)	(68.195)	(625.944)	(1.508.039)
Depreciação (Nota 10 b)	750.507	190.019	6.653	139.386	17.238	26.902	85.149	1.215.854
EBITDA ajustado	2.067.993	2.166.325	55.100	381.212	71.082	60.063	(269.902)	4.531.873

								31/12/2012
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovieária				
Vendas por área geográfica								
Ásia	30.495	2.971.131					239.707	3.241.333
América do Norte	585.505	16.589					3.381	605.475
América Latina	203.069							203.069
Europa	1.491.195	784.384					71.268	2.346.847
Outras	13.774						(9.875)	3.899
Mercado externo	2.324.038	3.772.104					304.481	6.400.623
Mercado interno	8.478.244	713.445	151.514	1.066.756	228.667	387.672	(530.657)	10.495.641
TOTAL	10.802.282	4.485.549	151.514	1.066.756	228.667	387.672	(226.176)	16.896.264

	31/12/2011							
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovieária				
Resultado								
Toneladas (mil) - (não auditado) (*)	4.895.581	23.849.514				1.754.596		
Receitas								
Mercado interno	8.190.463	834.144	142.778	1.022.885	183.492	332.950	(564.796)	10.141.916
Mercado externo	1.287.274	5.021.814					68.580	6.377.668
	9.477.737	5.855.958	142.778	1.022.885	183.492	332.950	(496.216)	16.519.584
Custo produtos e serviços vendidos (Nota 23)	(7.038.168)	(2.185.149)	(85.474)	(667.186)	(105.497)	(268.432)	549.062	(9.800.844)
Lucro Bruto	2.439.569	3.670.809	57.304	355.699	77.995	64.518	52.846	6.718.740
Despesas vendas e administrativas (Nota 23)	(471.003)	(63.967)	(18.303)	(90.020)	(25.408)	(67.712)	(443.280)	(1.179.693)
Depreciação (Nota 10 b)	606.810	161.655	5.674	105.454	22.495	23.222	4.058	929.368
EBITDA ajustado	2.575.376	3.768.497	44.675	371.133	75.082	20.028	(386.376)	6.468.415

								31/12/2011
	Siderurgia	Mineração	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferrovieária				
Vendas por área geográfica								
Ásia	31.255	4.188.229					61.774	4.281.258
América do Norte	502.486							502.486
América Latina	147.363							147.363
Europa	560.880	833.585					24.120	1.418.585
Outras	45.290						(17.314)	27.976
Mercado externo	1.287.274	5.021.814					68.580	6.377.668
Mercado interno	8.190.463	834.144	142.778	1.022.885	183.492	332.950	(564.796)	10.141.916
TOTAL	9.477.737	5.855.958	142.778	1.022.885	183.492	332.950	(496.216)	16.519.584

(\*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto (Namisa 60%).

O EBITDA Ajustado é a medição pela qual o principal gestor das operações da entidade avalia a performance dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultado de participação em investimentos e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais. Apesar de ser um indicador utilizado na mensuração dos segmentos, esta não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuindo uma definição padrão e podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Como requerido pelo IFRS 8, segue abaixo a conciliação da medida utilizada pelo gestor das operações com o resultado apurado de acordo com as práticas contábeis.

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	(480.574)	3.667.234
Depreciação (Nota 10 b)	1.215.854	929.368
IR e CSLL (Nota 8)	(870.134)	83.885
Resultado financeiro (Nota 25)	1.992.405	2.005.803
<b>EBITDA</b>	<b>1.857.551</b>	<b>6.686.290</b>
Outras receitas (despesas) operacionais (Nota 24)	2.673.370	(217.875)
Resultado equivalência patrimonial	952	
<b>EBITDA ajustado (*)</b>	<b>4.531.873</b>	<b>6.468.415</b>

(\*) A Companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo a participação em investimentos, e outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

## 27. (PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (LPA)

### (Prejuízo)/Lucro líquido por ação básico:

O (prejuízo)/lucro por ação básico foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da CSN dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício (após desdobramento de ações), excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria e foi calculado como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Ações ordinárias		Ações ordinárias	
<b>(Prejuízo)/lucro líquido do exercício</b>				
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(420.113)	3.706.033	(420.113)	3.706.033
Média ponderada da quantidade de ações	1.457.970	1.457.970	1.457.970	1.457.970
<b>LPA Básico e Diluído</b>	<b>(0,28815)</b>	<b>2,54191</b>	<b>(0,28815)</b>	<b>2,54191</b>

## 28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas subsidiárias que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, presidido pelo presidente do fundo de pensão e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes.

Até dezembro de 1995, a CBS Previdência administrava dois planos de benefício definido baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar ("Plano Misto"), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável. Funcionários contratados após essa data podem aderir apenas ao novo plano ("Plano Misto"). Adicionalmente, todos os funcionários ativos que foram participantes dos antigos planos de benefícios definido tiveram a oportunidade de mudar para o novo Plano Misto.

Em 31 de dezembro de 2012 a CBS tinha 33.037 participantes (31.482 em 31 de dezembro de 2011), dos quais 18.262 eram contribuintes ativos (16.603 em 31 de dezembro de 2011), 9.587 eram funcionários aposentados (9.705 em 31 de dezembro de 2011) e 5.188 eram beneficiários vinculados (5.174 em 31 de dezembro de 2011). Do total de participantes em 31 de dezembro de 2012, 13.726 pertencem ao plano de benefício definido, 18.150 ao plano misto e 1.481 ao plano CBSPrev Namisa.

Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (com lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 31 de dezembro de 2012 a CBS detinha 12.788.231 ações ordinárias da CSN (12.788.231 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2011). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R\$4,3 bilhões em 31 de dezembro de 2012 (R\$3,8 bilhões em 31 de dezembro de 2011). Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, consequentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil.

São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de Benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores.

#### **a. Descrição dos planos de pensão**

##### **Plano de 35% da média salarial**

Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial.

##### **Plano de suplementação da média salarial**

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar.

##### **Plano misto de benefício suplementar**

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido.

##### **Plano CBSPrev Namisa**

Iniciado em 06 de janeiro de 2012, é um plano de contribuição definida, com uma pequena parcela de benefício definido. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) por um percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) na forma de pagamento único, e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, ou (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício.

---

## b. Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (*Asset Liability Management*), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

## c. Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee Benefits*.

	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
	Ativo Atuarial (*)	Passivo Atuarial	
Benefícios de planos de pensão	93.546	17.939	11.673
Benefícios de saúde pós-emprego		547.652	457.377
	<b>93.546</b>	<b>565.591</b>	<b>469.050</b>

(\*) A partir de 2012, a Companhia optou por registrar em seu balanço patrimonial o ativo e suas contrapartidas decorrentes da avaliação atuarial dos planos superavitários, de acordo com o item 59 do CPC 33 – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee Benefits*.

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações de benefício definido	2.666.261	2.153.649
Valor justo dos ativos do plano	(2.923.483)	(2.384.450)
<b>Déficit/(Superávit)</b>	<b>(257.222)</b>	<b>(230.801)</b>
Restrição ao ativo atuarial devido a limitação de recuperação	181.615	174.926
<b>Passivo / (Ativo) Líquido</b>	<b>(75.607)</b>	<b>(55.875)</b>
Passivos	17.939	11.673
Ativos	(93.546)	(67.548)
<b>Passivo/ (Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial</b>	<b>(75.607)</b>	<b>11.673</b>

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2012 é demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Valor presente das obrigações no início do exercício</b>	<b>2.153.649</b>	<b>1.982.556</b>
Custo do serviço	5.801	5.579
Custo dos juros	215.850	202.242
Benefícios pagos	(193.563)	(178.402)
Perda/(ganho) atuarial	484.524	141.674
<b>Valor presente das obrigações no final do exercício</b>	<b>2.666.261</b>	<b>2.153.649</b>



A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2012 é demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Valor justo dos ativos no início do exercício</b>	<b>(2.384.450)</b>	<b>(2.316.018)</b>
Retorno esperado dos ativos do plano	(272.406)	(260.163)
Contribuições dos patrocinadores	(3.797)	(67.709)
Contribuições dos participantes		
Benefícios pagos	193.563	178.402
Ganhos/(perdas) atuariais	(456.393)	81.038
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>(2.923.483)</b>	<b>(2.384.450)</b>

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2012 é demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Custos de serviços correntes	5.801	5.579
Custos de juros	215.850	202.242
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(272.406)	(260.163)
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício anterior	(3.797)	(67.709)
	<b>(54.552)</b>	<b>(120.051)</b>
Total dos custos (receita) não reconhecida (*)	(37.477)	(16.374)
Total dos custos /(receita) reconhecido na demonstração do resultado	(17.075)	(103.677)
<b>Total dos custos (receitas), líquidos</b>	<b>(54.552)</b>	<b>(120.051)</b>

(\*) Efeito do limite do parágrafo 58 (b) do CPC 33 – Benefícios a empregados IAS 19 – *Employee Benefits*.

O (custo)/receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais em 2012 está demonstrada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
(Ganhos) e perdas atuariais	28.131	222.712
Restrição devido a limitação de recuperação	6.688	(105.655)
	<b>34.819</b>	<b>117.057</b>
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecido em outros resultados abrangentes	(2.657)	28.048
(Ganhos) e perdas atuariais não reconhecidos (*)	37.476	89.009
<b>Custo total de (ganhos) e perdas atuariais</b>	<b>34.819</b>	<b>117.057</b>

(\*) Perda atuarial é decorrente de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

O histórico de ganhos e perdas atuariais é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valor presente das obrigações do benefício definido	2.666.261	2.153.649	1.982.556	1.731.767	(1.415.029)
Valor justo dos ativos do plano	(2.923.483)	(2.384.450)	(2.316.018)	(2.160.158)	1.396.350
<b>Déficit / (Superávit)</b>	<b>(257.222)</b>	<b>(230.801)</b>	<b>(333.462)</b>	<b>(428.391)</b>	<b>(18.679)</b>
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	484.524	141.674	225.341	287.146	
Ajustes de experiência nos ativos do plano	456.393	(81.038)	40.669	664.341	

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2012	31/12/2011
Método atuarial de financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado	Valor de mercado
Valor utilizado como estimativa do patrimônio de fechamento do exercício	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro
Taxa de desconto nominal	9,31%	10,46%
Taxa de inflação	5,00%	4,60%
Taxa de aumento nominal do salário	6,05%	5,65%
Taxa de aumento nominal do benefício	5,00%	4,60%
Taxa de retorno dos investimentos (*)	9,31%	11,52% - 12,24%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability com probabilidades multiplicadas por 2	Mercer Disability com probabilidades multiplicadas por 2
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 2% ao ano, nula para os planos BD	Plano milênio 2% ao ano, nula para os planos BD
Idade de aposentadoria	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Composição familiar dos participantes em atividade	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido

As premissas referente a tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos do empregado que se aposenta aos 65 anos, dados:

	31/12/2012	31/12/2011
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais		
Masculino	19,55	19,55
Feminino	22,17	22,17
Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais de 40 anos		
Masculino	19,55	19,55
Feminino	22,17	22,17

Alocação dos ativos do plano:

	31/12/2012		31/12/2011	
Renda Variável	110.668	3,79%	360.958	15,14%
Renda Fixa	2.631.187	90,00%	1.756.831	73,68%
Imóveis	118.739	4,06%	190.756	8,00%
Outros	62.889	2,15%	75.905	3,18%
<b>Total</b>	<b>2.923.483</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.384.450</b>	<b>100,00%</b>

O retorno real dos ativos do plano foi de R\$728.800 em 31 de dezembro de 2012 (R\$179.126 em 31 de dezembro de 2011).

Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN.

Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B").

Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias.

Para os planos de benefício definido a despesa em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$5.256 (R\$67.276 em 31 de dezembro de 2011).

Para o plano misto de benefício complementar, que possui componentes de contribuição definida, a despesa em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$31.657 (R\$29.487 em 31 de dezembro de 2011).

Para o plano de contribuição definida CBSPrev Namisa, a despesa em 2012 foi de R\$1.466.

#### d. Contribuições esperadas

As contribuições esperadas de R\$3.291 serão pagas para os planos de benefícios definidos em 2013.

Para o plano misto de benefício complementar, que possui componentes de contribuição definida, as contribuições esperadas de R\$27.980 serão pagas em 2013.

#### e. Plano de benefício de saúde – pós-emprego

Refere-se ao plano de saúde criado em 01 de dezembro de 1996 exclusivamente para contemplar ex-empregados aposentados, pensionistas, anistiados, ex-combatentes, viúvas de acidentados do trabalho e aposentados até 20 de março de 1997 e seus respectivos dependentes legais, desde então, o plano de saúde não permite a inclusão de novos beneficiários. O Plano é patrocinado pela CSN e administrado pela Caixa Beneficente dos Empregados da Cia Siderúrgica Nacional – CBS.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações	547.652	457.377
<b>Passivo</b>	<b>547.652</b>	<b>457.377</b>

A conciliação dos passivos dos benefícios de saúde é apresentada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Passivo atuarial no início do exercício	457.377	367.839
Juros sobre a obrigação atuarial	45.967	39.616
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício anterior	(32.874)	(34.653)
Reconhecimento do (Ganho)/Perda do ano	77.182	84.575
<b>Passivo atuarial no final do exercício</b>	<b>547.652</b>	<b>457.377</b>

Para o plano de benefício de saúde – pós-emprego, a despesa em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$51.234 (R\$42.306 em 31 de dezembro de 2011).

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Perda atuarial na obrigação	77.182	84.575
<b>Perda reconhecida no patrimônio líquido</b>	<b>77.182</b>	<b>84.575</b>

O histórico de ganhos e perdas atuariais são os seguintes:

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valor presente da obrigação de benefício definido	547.652	457.377	367.839	317.145	(296.608)
<b>Déficit/(Superávit)</b>	<b>547.652</b>	<b>457.377</b>	<b>367.839</b>	<b>317.145</b>	<b>(296.608)</b>
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	77.182	84.575	48.301	17.232	9.023

O efeito de uma movimentação de 1% na taxa de tendência presumida do custo de saúde é como segue:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Aumento	Redução	Aumento	Redução
Efeito no total do custo do serviço corrente e do custo financeiro				
Efeito na obrigação do benefício definido	54.292	(46.668)	42.032	(35.916)

As premissas atuariais usadas para o cálculo dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Biométricas</b>		
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 segregada por sexo	AT 2000 segregada por sexo
Rotatividade	N/A	N/A
Composição familiar	Composição Real	Composição Real
<b>Financeiras</b>	31/12/2011	31/12/2011
Taxa nominal de desconto atuarial	9,31%	10,46%
Inflação	5,00%	4,60%
Aumento nominal dos custos médicos em função da idade	5,53% - 8,15%	9,41%
Taxa de crescimento nominal dos custos dos serviços médicos	8,15%	7,02%
Custo médico médio	345,61	299,69

## 29. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

	Moeda	Vencimentos	Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total	
			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Transnordestina	R\$	Até 08/05/2028 e indeterminado	1.626.509	1.358.657	1.800	1.800	4.866	7.686	1.633.175	1.368.143
CSN Cimentos	R\$	Até 18/11/2014 e indeterminado			25.403	30.213	42.397	30.097	67.800	60.310
Prada	R\$	Até 07/02/2014 e indeterminado			10.133	9.958	21.616	2.440	31.749	12.398
Sepetiba Tecon	R\$			700						700
Itá Energética	R\$	15/09/2013	7.326	7.326					7.326	7.326
CSN Energia	R\$	Até 30/12/2012 e indeterminado			4.192	2.392	2.336		4.192	4.728
Congonhas Minérios	R\$	21/05/2018	2.000.000	2.000.000					2.000.000	2.000.000
Fundação CSN	R\$	Indeterminado	1.003						1.003	
<b>Total em R\$</b>			<b>3.634.838</b>	<b>3.366.683</b>	<b>41.528</b>	<b>44.363</b>	<b>68.879</b>	<b>42.559</b>	<b>3.745.245</b>	<b>3.453.605</b>
CSN Islands V III	US\$	16/12/2013	550.000	550.000					550.000	550.000
CSN Islands IX	US\$	15/01/2015	400.000	400.000					400.000	400.000
CSN Islands XI	US\$	21/09/2019	750.000	750.000					750.000	750.000
CSN Islands XII	US\$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
CSN Resources	US\$	21/07/2020	1.200.000	1.000.000					1.200.000	1.000.000
<b>Total em US\$</b>			<b>3.900.000</b>	<b>3.700.000</b>					<b>3.900.000</b>	<b>3.700.000</b>
CSN Steel S.L.	EUR	31/01/2020	120.000						120.000	
<b>Total em EUR</b>			<b>120.000</b>						<b>120.000</b>	
<b>Total em R\$</b>			<b>8.218.991</b>	<b>6.940.460</b>					<b>8.218.991</b>	<b>6.940.460</b>
			<b>11.853.829</b>	<b>10.307.143</b>	<b>41.528</b>	<b>44.363</b>	<b>68.879</b>	<b>42.559</b>	<b>11.964.236</b>	<b>10.394.065</b>

### 30. COMPROMISSOS

#### a. Contratos “take-or-pay”

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia possuía contratos de “take-or-pay”, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Contraparte	Natureza do serviço	Condições do contrato	Pagamentos no período		2013	2014	2015	Após 2015	Total
			2011	2012					
MRS Logística	Transporte de minério de ferro.	Cláusula contratual para garantia de receita sobre frete ferroviário. No caso da CSN significa um pagamento mínimo de 80% sobre o orçamento de transporte.	153.870	142.190	131.271	131.271	131.271	65.635	459.448
MRS Logística	Transporte de produtos siderúrgicos.	Transporte de pelo menos 80% do volume anual acordado com a MRS.	17.606	68.248	58.762	58.762	58.762	24.484	200.770
(*) MRS Logística	Transporte de minério de ferro, carvão e coque.	Transporte de 8.280.000 ton a.a. de minério de ferro e de 3.600.000 ton a.a. de carvão, coque e outros redutores.	41.463	23.334					
FCA	Transporte de produtos de mineração.	Transporte de no mínimo 1.900.000 toneladas a.a.	1.324	734	69.817				69.817
FCA	Transporte ferroviário pela FCA à CSN Cimentos de clinker.	Transporte de no mínimo 675.000 toneladas a.a de clinker em 2011 e de 738.000 toneladas a.a. de clinker a partir de 2012.	1.648	2.733	27.300	27.300	27.300	118.301	200.201
(*) ALL	Transporte ferroviário de produtos siderúrgicos.	Transporte ferroviário de 20.000 toneladas de produtos siderúrgicos no mês, podendo variar 10% para mais ou para menos, com origem no Terminal de Água Branca em São Paulo para CSN PR em Araucária - PR.	14.774	11.894					
White Martins	Fornecimento de gás (oxigênio, nitrogênio e argônio).	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume anual de gás contratado com a White Martins.	102.274	110.999	110.113	110.113	110.113	110.113	440.452
(*) CEG Rio	Fornecimento de gás natural.	A CSN se compromete a adquirir pelo 70% do volume mensal de Gás Natural	432.449	441.804					
Vale S.A	Fornecimento de pelotas de minério de ferro.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume de pelotas de minério de ferro garantido em contrato. A apuração do montante de take or pay ocorre a cada 18 meses.	349.797	444.642	132.302	88.201			220.503
Compagás	Fornecimento de gás natural.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de gás natural contratado com a Compagás.	16.884	18.874	15.058	15.058	15.058	135.522	180.696
COPEL	Fornecimento de energia.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de energia contratado com a COPEL.	13.378	15.202	7.487	7.487	7.487	39.934	62.395
K&K Tecnologia	Beneficiamento de Lama de Alto Forno gerada no processo de produção de gusa.	A CSN se compromete a fornecer pelo menos 3.000 toneladas por mês de Lama de AF para processamento na Planta de concentração de Lama da K&K.	6.186	7.585	7.074	7.074	7.074	51.285	72.507
Harsco Metals	Beneficiamento de escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	A Harsco Metals se compromete a executar o Beneficiamento de Metalicos e Britagem de Escoria resultante do processo de produção de gusa e aço da CSN, recebendo por este beneficiamento o equivalente em valor ao resultado da multiplicação do preço unitário (R\$/t) pela produção total de Aço Líquido da Aciaria da CSN, com a garantia de produção mínima de Aço Líquido correspondente a 400.000 toneladas.	39.739	40.506	30.000	15.000			45.000
Siemens	Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.	A Siemens se compromete a industrializar, reparar, recuperar e fabricar, no todo ou em parte, das unidades de máquina de lingotamento para prover as necessárias manutenções off-line e on-line dos Conjuntos de Máquinas de Lingotamento Contínuo da Usina Presidente Vargas (UPV). O pagamento ocorre por R\$/ ton de placa de aço produzida.	38.817	46.424	19.622				19.622
(*) encontra-se em fase de re-negociação.			1.230.209	1.375.169	608.806	460.266	357.065	545.274	1.971.411

## b. Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referente a concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2012, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa						
Concessão	Natureza do serviço	2013	2014	2015	Após 2015	Total
MRS	Concessão de 30 anos renováveis por mais 30 anos, prestando serviços de transporte ferroviário de minério de ferro das minas de Casa de Pedra em Minas Gerais, coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda, transporte das exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro e escoamento de material acabado para mercado interno.	86.322	86.322	86.322	884.804	1.143.770
Transnordestina	Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	7.011	7.011	7.011	80.039	101.072
Tecar	Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, por um período a vencer em 2022 e renovável por mais 25 anos.	117.913	125.922	125.922	881.455	1.251.212
Tecon	Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001, renovável por mais 25 anos, para operar o terminal de contêiner no Porto de Itaguaí.	23.838	23.838	23.838	238.384	309.898
		<b>235.084</b>	<b>243.093</b>	<b>243.093</b>	<b>2.084.682</b>	<b>2.805.952</b>

## c. Projetos e outros compromissos

### • Siderurgia – Aços planos e longos

A CSN pretende produzir 500.000 toneladas a.a. de produtos de aços longos, projetando-se 400.000 ton/ano de vergalhão e 100.000 ton/ano de fio-máquina. As instalações utilizarão sucata e gusa como principais matérias-primas. Além dessa usina, a CSN avalia a opção de desenvolvimento no Brasil de outros projetos similares, também com capacidade de 500.000 toneladas a.a. cada um.

### • Projeto de minério de ferro

A CSN projeta produzir 89 Mtpa de produtos de minério de ferro, sendo 50 Mtpa oriundas de Casa de Pedra e 39 Mtpa na Namisa. Além disso, a CSN está investindo na expansão da capacidade do porto marítimo em Itaguaí, ou TECAR, para um patamar de 84 Mtpa.

As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR cujo prazo do contrato de concessão é de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Na extinção da concessão, retornarão à CDRJ (Companhia Docas do Rio de Janeiro) todos os direitos e privilégios transferidos à CSN, junto com os bens de posse da CSN e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela CDRJ por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela CDRJ pelo valor residual do seu custo, depois de deduzidas as depreciações/amortizações.

### • Projeto Nova Transnordestina

O Projeto Nova Transnordestina inclui 1.728 km adicionais de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. A Companhia espera que os investimentos permitam à Transnordestina Logística S. A. aumentar o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. Os investimentos estão sendo financiados por meio de várias agências, como o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o BNDES. A Transnordestina obteve certas autorizações ambientais exigidas, adquiriu partes de equipamentos e serviços e a implementação está avançada em certas regiões.

A Companhia garante os empréstimos da Transnordestina do BNDES, totalizando R\$410.675 em 31 de dezembro de 2012 (R\$392.874 em 31 de dezembro de 2011). Esses empréstimos são para fins de financiamento dos investimentos

em infraestrutura da Transnordestina. O valor máximo para pagamentos futuros que poderá ser exigido ao avalista conforme a garantia é de R\$410.675.

- **Projeto de Plataforma Logística da CSN de Itaguaí**

Conforme os termos da concessão, a CSN é responsável por descarregar pelo menos 3,0 milhões de toneladas de carvão e coque dos fornecedores da CSN por meio do terminal anualmente, assim como embarques de minério. Entre os investimentos aprovados anunciados pela CSN, destaca-se o desenvolvimento e a expansão do terminal de granéis sólidos em Itaguaí para lidar também com até 84 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano.

- **Contratos de longo prazo com Namisa**

A Companhia celebrou contratos de longo prazo com a Namisa, para prestação de serviços de operação portuária e fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) da mina Casa de Pedra, conforme descrito a seguir:

**i. Contrato de serviço de operação portuária**

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato para a prestação de serviços portuários para a Namisa, por prazo de 34 anos, que consiste em receber, manusear, estocar e embarcar minério de ferro da Namisa em volumes anuais que variam de 18,0 a 39,0 milhões de toneladas. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 5,3 bilhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos serviços a serem prestados sob este contrato. O valor desses serviços portuários é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

**ii. ROM de alta sílica**

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de alta sílica para a Namisa, por prazo de 30 anos, em volumes que variam de 42,0 a 54,0 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$1,6 bilhão como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

**iii. ROM de baixa sílica**

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de baixa sílica para a Namisa, por prazo de 35 anos, em volumes que variam de 2,8 a 5,04 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$424 milhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

## **31. SEGUROS**

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Responsabilidade Civil Transportador, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Diversos, Crédito a Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Em 2012, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de Junho de 2012 a 30 de Junho de 2013. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$ 500.000.000 e cobre as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, Mineração Casa de Pedra, Mineração Arcos, CSN Paraná, CSN Porto Real, Terminal de cargas Tecar, Terminal Tecon, Namisa e CSN Cimentos.

---

A CSN se responsabiliza pela primeira faixa de retenção de US\$ 300.000.000 em excesso às franquias de danos materiais e lucros cessantes.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 32. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social pagos	165.304	165.321		99.598
Adição ao imobilizado com capitalização de juros	409.498	353.156	276.596	248.012
Aquisição de imobilizado sem adição de caixa			377.804	
	<b>574.802</b>	<b>518.477</b>	<b>654.400</b>	<b>347.610</b>

### 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Aprovação do CADE referente a aquisição da CBL pela Prada**

Em 20 de fevereiro de 2013 o ato de concentração relativo a aquisição de controle da Companhia Brasileira de Latas ("CBL") pela Companhia Metalúrgica Prada ("Prada") foi aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), sem restrições e por unanimidade.

- Emissão Nota de Crédito à Exportação**

No primeiro trimestre de 2013, a Companhia emitiu Nota de Crédito à Exportação no montante total de R\$345.000.